

Rogério Córdova

CAPEs

**A Brisa dos Anos
Cinquenta
Primeiro Período
1951-1963**

Organizadores

Gilson Pôrto Jr.

Adriana Sales Almeida de Melo

Carla Nascimento

Remi Castioni

Realização



Rogério Córdova

CAPEs

A Brisa dos Anos Cinquenta Primeiro Período 1951-1963

Organização e apresentação

Gilson Pôrto Jr.

Adriana Almeida Sales de Melo

Carla Nascimento

Remi Castioni

2023

Série Rogério Córdova e a trajetória da Capes - a construção da qualidade
da pós-graduação brasileira

¹Parte desta obra foi publicada no Boletim Informativo – InfoCapes pela Coordenadoria de Estudos e Divulgação Científica (CED) da Capes entre os anos de 1993 e 1996 na seção Estudos e Dados. Título faz alusão à obra de Almir de Castro de 1986. (N.O).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITOR Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato	Pró-Reitor de Graduação Prof. Dr. Eduardo Cezari
VICE-REITOR Prof. Dr. Marcelo Leinerker Costa	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Prof. Dr. Raphael Sanzio Pimenta
	Pró-Reitor de Extensão e Cultura Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos
	Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT) Dra. Erika da Silva Maciel Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma Dr. José Lauro Martins Dr. Nelson Russo de Moraes Dr. Rodrigo Barbosa e Silva Dra. Marli Terezinha Vieira

SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE Prof. Dr. José Lauro Martins	Membros: Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil Prof. Dr. Rogério Christofoleti Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Amazonas, Brasil Profa Dra. Thais de mendonça Jorge Universidade de Brasília (UnB), Brasil Prof. Dr. Fagno da Silva Soares Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil Prof. Dr. José Manuel Pelóez Universidade do Minho, Portugal Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes Universidade Estadual do Tocantins, Brasil
--	--



A versão digital desta publicação está sob a Licença Creative Commons – Atribuição: Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1999, em vigor no Brasil em 2009.

Preparação do original: Gilson Pôrto Jr e Carla Nascimento

Revisão técnica, linguística, gráfica e normalização: Carla Nascimento

Editora de Publicação: Efeito Sete

Projeto Gráfico e Capa: Aron Rodrigo Batista

Diagramação e arte-final: Aron Rodrigo Batista

Publicada on-line em dezembro de 2023

As informações e opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes/MEC.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

CÓRDOVA, Rogério.

Capes: A brisa dos anos cinquenta. Primeiro Período (1951-1963) / Rogério Córdova; Organização e apresentação de Gilson Pôrto Jr., Adriana Almeida Sales de Melo, Carla Nascimento, Remi Castioni. – Palmas, TO: Editora Efeito Sete Publicações/ Observatório Edições, 2023. [Recurso eletrônico]

P. 113 (Série: Rogério Córdova e a trajetória da Capes - a construção da qualidade da pós-graduação brasileira)

ISBN – 978-85-5962-048-1

<http://doi.org/10.36599/esete-978-85-5962-048-1>

1. Capes. 2. Pesquisa. 3. Educação

CDD-373



Sumário

<i>Apresentação</i>	7
<i>A Criação da Capes e o Contexto Social-Histórico</i>	11
<i>A Situação da “Força de Trabalho” no Brasil</i>	15
<i>Objetivos da Campanha</i>	19
<i>A Natureza da Organização e sua Estrutura</i>	39
<i>O Status Institucional e o Processo Decisório</i>	44
<i>A ação da Campanha</i>	51
<i>Programa Universitário</i>	58
<i>Programa dos Quadros Técnicos e Científicos</i>	63
<i>Serviço de Bolsas de Estudo</i>	70
<i>Serviço de Estatística e Documentação</i>	73
<i>Os Recursos Financeiros</i>	75
<i>Um Balanço das Ações</i>	79

<i>Primeiras Considerações</i>	93
<i>FONTES</i>	102
<i>REFERÊNCIAS</i>	106
<i>Notas sobre o autor e os organizadores</i>	111



Apresentação



A história da educação no Brasil, bem construída a partir da preservação de documentos, escritos, relatórios, legislação, registros culturais e artísticos; ganha outras dimensões quando valorizamos também a memória, a vivência dos sujeitos, sua compreensão dos processos históricos e as ressignificações da história.

A recuperação de falas e textos, a publicação de novos textos e a republicação de antigos, em formas que alcancem cada vez mais educadores, pesquisadores, gestores, permite que possamos questionar, criticar e trazer novos esclarecimentos sobre nossa própria história.

Um dos importantes educadores brasileiros contemporâneos que nos ajuda a pensar coletivamente sobre a melhoria da qualidade da educação básica é o Professor Rogério de Andrade Córdova, que nos traz a necessidade de pensarmos a partir do diálogo, da interdisciplinaridade a complexidade da escola e das relações pedagógicas que são vivenciadas pelos seus sujeitos.

Rogério Córdova, com formação inicial em Filosofia, que cursou na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e fez mestrado em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas/RJ; realizou seu Doutorado em Educação na linha de pesquisa de História e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

Trabalhou na Capes entre 1980 e 1988, na Assessoria da Direção e posteriormente na Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação. Neste período desenvolveu com pesquisadores venezuelanos do CINTERPLAN pesquisa que resultou em Relatório sobre a Pós-Graduação na América Latina e especificamente no Brasil. A partir dos relatórios desenvolvidos, continuou realizando pesquisa sobre a própria história da Capes e da pós-graduação no Brasil até 1988, quando prestou concurso e começou a trabalhar na UnB, mantendo seus trabalhos na Capes por mais um ano, começando desde então a pesquisar mais profundamente sobre a educação básica.

Motivados pela necessidade do resgate dos estudos do Prof. Rogério Córdova, colegas de trabalho, com a participação de colega pesquisadora sobre o tema, se debruçaram sobre os amplos ensaios que o pesquisador construía, que estavam impressos e já faziam parte da bibliografia de diversas disciplinas em diversas instituições de ensino superior. Com a participação em edital de fomento à publicação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Brasília (PPGEMP/UnB), os editores entraram em contato com o Prof. Córdova, agora aposentado da UnB e este indicou que seria sim, interessante, não só a publicação dos ensaios, mas também que se pudesse dar continuidade à pesquisa sobre o tema.



Desta forma, a série intitulada “Série Rogério Córdova e a trajetória da Capes - a construção da qualidade da pós-graduação brasileira” será composta de quatro volumes construídos a partir da periodização do autor sobre a história e trajetória da Capes desde sua fundação, no sentido de estimular futuros pesquisadores a atualizarem a sua história.

O primeiro volume *Capes: A Brisa dos Anos Cinquenta* remonta a história de sua criação em 11 de julho de 1951 até 1963, a mudança de direção da Capes e do País. Criada como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por Anísio Teixeira tinha como objetivo assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades daquele Brasil desenvolvimentista. Nas palavras de Córdova, neste período “a Capes era um fórum permanente de reflexão sobre as políticas educacionais”.

Passando para o momento político e histórico entre 1964 e 1973, o volume dois *Uma Longa Jornada Noite Adentro*, apresenta três momentos da Capes: primeiro quando passa de Campanha para Coordenação e projeta-se para o exterior com mais força construindo as Casas do Brasil em Paris, Londres e Madri funcionando como residências universitárias; depois sobre os aspectos institucionais de criação do Conselho Deliberativo e a Reforma Universitária; e por último, a modernização administrativa e a reconquista do seu espaço institucional.

O terceiro volume *Expansão, Fortalecimento e Extinção*, (1974-1990) a partir dos trabalhos da Capes, o Brasil tem o seu 1º Plano Nacional de Pós-Graduação, um Conselho Nacional de Pós-Graduação e a avaliação da Pós-Graduação. Nesse período sua sede foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília em 1974.



Por fim, o quarto volume com o título: *Extinção, Restauração e Globalização*, traz a história da Capes dos anos de 1990 até o final do século XX. Córdova debate sobre o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade dentro da retórica da gestão por eficiência da nova gestão pública com a finalidade de inserir o Brasil no contexto das economias mais desenvolvidas. Ao final, Córdova relata a entrevista que realizou com o Dr. Almir de Castro, o qual foi o braço direito de Anísio Teixeira na construção dessa instituição que fortalece a educação superior brasileira: a Capes.

Boa leitura!

Os organizadores.






Criação da Capes e o Contexto Social-Histórico



Era o segundo Governo Vargas. Este, retornando ao poder, restaurava as condições institucionais necessárias à efetivação do projeto de construção de uma nação desenvolvida, capitalista e autônoma. Construção que requeria uma industrialização acelerada, considerada como condição para o progresso social e a autonomia nacional. O projeto, cuja liderança ele fora obrigado a abandonar em 1945, com sua deposição, é retomado, num contexto bastante diferente, de modo muito mais profundo, complexo, abrangente, ambicioso e integrado. No dizer de Sônia Draibe (1985) o período de 1930 a 1961 marcou o momento final do processo de constituição do capitalismo no Brasil, na medida em que a industrialização desencadeada a partir da crise de 1929 culminou com a plena formação das bases técnicas indispensáveis à autodeterminação da acumulação capitalista (DRAIBE, 1985, p.12). Tratava-se, nos termos da época, de “reaparelhar” o Estado para dar suporte às



necessidades do desenvolvimento, buscando ultrapassar a fase de industrialização *restringida* para realizar uma profunda alteração na estrutura do sistema produtivo, iniciando um “*processo de industrialização pesada*”, dotando-o de uma diversidade de órgãos e instrumentos que regulassem os diferentes aspectos da vida nacional e permitissem neles intervir.

Entre os anos de 1951 e 1954, mais especificamente, o Estado brasileiro terá reforçada sua estrutura administrativa para poder apoiar adequadamente o processo de acumulação capitalista, dentro de um plano de desenvolvimento econômico e social de grande envergadura, apoiando-se em diagnóstico profundo da economia e da realidade brasileiras. Nesse período, lembra Draibe, pela primeira vez no Brasil se traçou, de forma abrangente e incisiva, uma alternativa global de desenvolvimento, procurando integrar seus aspectos mais substanciais de forma harmoniosa e compatibilizada. Agricultura, industrialização pesada, desenvolvimento urbano, articulação das relações campo-cidade e uma concepção de integração das massas trabalhadoras urbanas ao processo de desenvolvimento através de políticas de bem-estar social, tais são os elementos que compuseram esse programa.

O Estado, modernizado nos anos de 1930, já demonstrava alguns traços de obsolescência e o problema era reformá-lo, transformando-o, “racionalizando-o”. Dentro desse processo de reforma institucional, são criados novos órgãos, novos mecanismos de regulação e de articulação entre os diversos setores da burocracia estatal e os grupos econômicos privados. Esses novos órgãos dotavam o Estado de instrumentos novos para a formulação de políticas por



meio da “*edificação de um aparelho burocrático-administrativo de intervenção, regulação e controle, que organiza em bases novas o ‘interesse geral’ e a dominação social*” (DRAIBE, 1985, p. 61). Esse novo Estado se constituía como burocratização, racionalização e modernização dos aparelhos existentes, como criação de novas instâncias de regulação e de intervenção, dentro dele se estruturando uma área social capaz de formular políticas públicas de caráter nacional. E é nesse contexto que acontece a criação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes¹.

A Capes não apareceu sozinha e isolada. Ao contrário, emergiu num período de grande efervescência administrativa e institucional. Tanto é assim que no ano de 1951 foram criadas: a Comissão Nacional de Política Agrária, para cuidar da política agrária; a Comissão de Desenvolvimento Industrial, visando apoiar o processo de industrialização; a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes, para melhorar os transportes e melhorar o abastecimento interno; a Comissão Nacional de Bem-Estar, para cuidar “*da melhoria das condições do povo brasileiro*”. Foram criadas, ainda, outras comissões de natureza mais específica (Carvão Nacional, Babaçu, Material Automobilístico, Indústria de

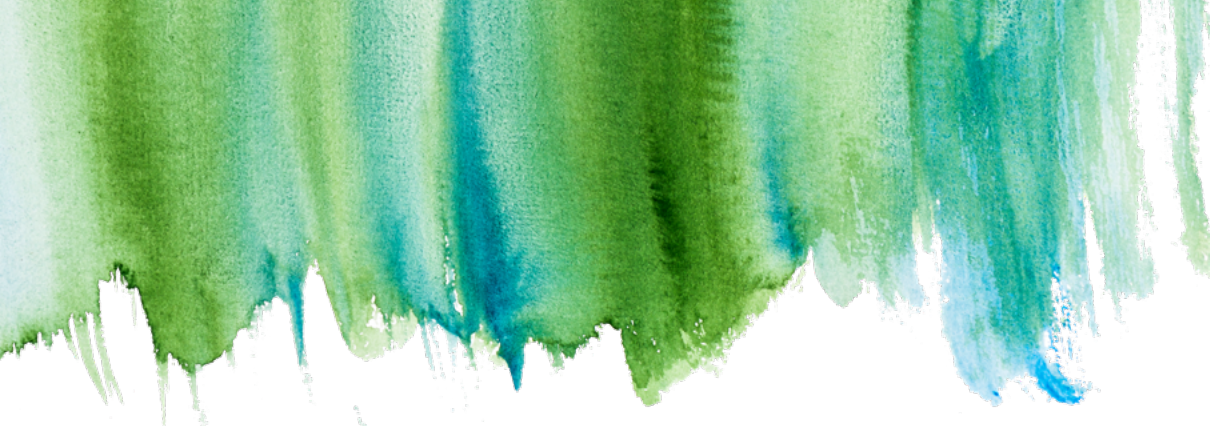
¹A Capes, fundação do Ministério da Educação (Lei nº 8.405/1992), foi criada a partir de uma campanha nacional realizada em 1951 com o objetivo de aperfeiçoar o pessoal de nível superior e denominada Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A comissão foi instituída pelo Decreto nº 29.741, de 11/07/1951, “composta por representantes de diferentes órgãos do governo e entidades privadas. Seu presidente foi o então ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho, acompanhado por seu secretário-geral (nível de presidente), o professor Anísio Spínola Teixeira.” A partir de 1964 a Capes passou a denominar Coordenação e em 1992 a Coordenação passou a ser uma Fundação Pública pela Lei nº 8.405/1992. (N.O). <https://www.gov.br/Capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em abril/2023.



Material Elétrico, Comissão Nacional de Alimentação, Comissão Nacional de Abastecimento e Preços), tal como foram criados vários outros órgãos e agências: Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Carteira de Colonização do Banco do Brasil; Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Companhia Nacional de Seguros Agrícolas; Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais; Petrobrás; Banco do Nordeste; Banco de Crédito do Amazonas.

Entre essas e outras tantas entidades, foram criados o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com os quais a Capes deverá ter importante e contínuo vínculo institucional, eis que ambos terão papel destacado na formulação e implementação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico da qual fará parte integrante a política de pós-graduação, sua área específica de atuação.






A Situação da “Força de Trabalho” no Brasil



Uma interessante caracterização da força de trabalho no início dos anos de 1950 se encontra na obra *A Formação de Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Econômico*, elaborada sob encomenda da Capes por Américo Barbosa de Oliveira e José Zacharias de Sá Carvalho. Segundo esse trabalho, o censo de 1950 revelava, comparado com o de 1940, uma acentuada transferência da mão de obra para os setores secundário e terciário da economia, e uma migração da mão de obra excedente do Nordeste para o Centro-Sul, onde havia forte incremento das oportunidades de trabalho. O contingente de profissionais de nível superior correspondia a 0,67% da massa da população economicamente ativa. Em valores absolutos, estes profissionais somavam 132.035 em 1950, sendo que 111.902 (85%) estavam na região Centro-Sul, 15.331 (12%) na região Nordeste e 4.802 (3%) na região Norte (o Centro-Oeste ainda não era especificamente considerado).



Do ponto de vista dos grupos profissionais, 7.447 (6%) eram agrônomos e veterinários, 25.532 (19%) eram engenheiros e correlatos (químicos industriais e arquitetos), 54.255 (41%) eram médicos, dentistas e farmacêuticos, e 44.801 (34%) eram advogados, economistas e “conexos” (isto é, formados em Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia). Nessa época a relação entre o número de profissionais de nível superior e a população total era de 2.560 por milhão de habitantes, considerando-se o Brasil como um todo, mas apresentava acentuada diferenciação regional, de sorte que era de 3.701 por milhão na região Centro-Sul, de 936 no Nordeste e de 968 no Norte.


Dentre as observações dos autores a propósito dos dados obtidos, cabe registrar duas.

A primeira constata que

“[...] na sua maioria, os técnicos de grau superior não exercem atividades como profissionais liberais, seja por imposição funcional de suas carreiras, ligadas ao trabalho de empresas privadas ou entidades sociais, seja como fruto da estatização crescente da função” (OLIVEIRA; CARVALHO, 1960, p.16).

A segunda destaca que

“os profissionais técnico-científicos representavam somente 1,15% das pessoas ativas no setor secundário, expressão do reduzido grau de avanço tecnológico da nossa indústria” (OLIVEIRA; CARVALHO, 1960, p.16).



A preocupação era com os ajustes quantitativos e qualitativos a realizar, de sorte a quebrar a estrutura tradicional dos empregos e estimular a incorporação de profissionais com melhor preparo técnico e elevar a produtividade dos diferentes setores econômicos, notadamente da agricultura e da indústria. O aumento da produtividade seria conseguido por uma maior proporção de profissionais de nível universitário (por mil habitantes). E isso tinha a ver, também, com os processos de formação e, em particular, com aquela formação realizada por meio do sistema de ensino.

O sistema de ensino caracterizava-se pelo “peneiramento” efetuado ao longo da escalada educacional, sendo que no antigo primário, correspondente às quatro séries iniciais do ensino fundamental, 80% não o concluíam, e no ciclo seguinte, o ginásial, (correspondente ao segmento de quinta a oitava séries do ensino fundamental atualmente), 60% também ficavam pelo caminho. Isto caracterizava um sistema altamente “mortífero”, usando os autores expressões de Anísio Teixeira. E isto configurava um sério problema, pois, no dizer dos autores,

“sob o ângulo da preparação de homens práticos para uma civilização industrial, não é apenas o Ensino Superior que está desajustado, mas toda a pirâmide da instrução que se deverá reestruturar, a fim de cobrir as lacunas essenciais da mão de obra, necessariamente alfabetizada, munida de conhecimentos básicos e de atitudes sociais que só a escola pode formar no indivíduo”(OLIVEIRA; CARVALHO, 1960, p. 29).

Esse peneiramento educacional era apontado como tendo relação causal com a permanência das condições do subdesenvolvimento econômico. O aparelho institucional da



educação esteve desajustado nas últimas décadas, as conquistas da nova educação técnico-profissional eram recentes e embrionárias, mas expressavam novas correntes sociais pressionando a velha instituição.

Quanto ao ensino superior, consideravam-se insuficientes o número e o tamanho das unidades escolares. O número de estabelecimentos de ensino, de matrículas e de docentes para o ano de 1950 não é apontado pelos autores, mas pode ser facilmente estimado, considerando-se os dados apresentados para os anos de 1940 e 1958. Nesse período, segundo os autores, as unidades escolares passaram de 215 para 766 (+256%); o corpo docente passou de 3.722 para 12.047 (+223%); as matrículas saltaram de 12.047 para 75.486 (+526%). Do ponto de vista da distribuição regional, o Centro-Sul detinha 71% dessas unidades escolares, 75% do corpo docente e 81% das matrículas. Do ponto de vista qualitativo, destacavam os autores *“uma competição salutar entre os diversos métodos de renovação do Ensino aplicados nas escolas novas e velhas”*, mas, por outro lado,

“[...] a mentalidade conservadora do velho Ensino Superior, em certos casos, converte(ndo) as inovações ambicionadas em um simulacro de modernização. Se faltam os pomposos títulos em moda, nada é mais fácil do que estruturar cursos decorativos para atender às aspirações da modernização” (OLIVEIRA; CARVALHO, 1960, p.50).

Urgia, pois, estimular a expansão do ensino superior e fazê-lo segundo novos paradigmas de qualidade. Eis, pois, alguns elementos sobre o quadro no qual surgiu a Capes.






Objetivos da Campanha




A Capes foi fundada em 11 de julho de 1951. Pelo Decreto nº 29.741, da Presidência da República, era criada, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública, uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Sob a presidência do Ministro, Ernesto Simões Filho, a comissão, que se tornará conhecida como Capes, era composta por representantes do próprio Ministério, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Banco do Brasil, da Comissão Nacional de Assistência Técnica, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC).



O decreto declarava serem objetivos da Campanha:

“1. Assegurar a existência do pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento econômico e social do país.2. Oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento”.

O artigo 3º do decreto especificava as atividades a realizar para alcançar tais objetivos:


- “a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;*
 - b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;*
 - c) promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, e seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro;*
 - d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;*
 - e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;*
 - f) promover a instalação e expansão de **centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados** (grifos nossos).*
- 

O mesmo decreto fixava o prazo de 31 de dezembro de 1951 para que a comissão apresentasse ao Presidente da República a proposta referente “à forma definitiva que deve ser dada à entidade incumbida da execução sistemática e regular dos objetivos da Campanha” (Art. 7º). Em 19 de dezembro do mesmo ano, porém, um outro decreto, sob o número 30.286, dilatava tal prazo para 30 de junho de 1952.

O segundo semestre do ano de 1951 é ocupado apenas com as atividades preliminares, tendo o ministro Simões Filho, pela portaria ministerial nº 1.008, de 12 de julho de 1951, designado o Professor Anísio Spínola Teixeira para exercer as funções de Secretário Geral da Comissão.

Em novembro, o Presidente Getúlio Vargas designava os demais membros da comissão, representantes das entidades indicadas no decreto de criação. Além de Anísio Teixeira, como representante do Ministério da Educação, foram designados Beatriz Marques de Sousa Wahrlich (Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP), Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (Comissão Nacional de Assistência Técnica), Glycon de Paiva Teixeira (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos), Otávio Augusto Lins Martins (Conselho Nacional de Pesquisas), Joaquim Farias Góes Filho (Confederação Nacional da Indústria - CNI)², Francisco Gama

²Joaquim Faria Góes Filho atuou no início da década de 1930 com Anísio Teixeira nas escolas secundárias de formação profissional no Rio de Janeiro. Foi diretor do SENAI nacional por 13 anos durante as décadas de 1940 e 1950 sendo uma instituição subordinada à CNI. Participando de comissões do MEC de Capanema e da CNI com Roberto Simonsen, estava nos dois grupos que concebiam o novo desenho do sistema de formação profissional brasileiro durante o Estado Novo. Foi responsável pelo parecer para os novos cursos de curta duração para engenheiros, aliados aos princípios da Fundação Ford à época. (N.O).




Lima Filho (Confederação Nacional do Comércio - CNC), Aldo Batista Franco (Banco do Brasil SA), Luís Narciso Alves de Matos (Fundação Getúlio Vargas - FGV) e Lourival Câmara (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Logo no dia seguinte ao do decreto presidencial criando a comissão, o Ministro Simões Filho concedia entrevista coletiva à imprensa divulgando a campanha. Na oportunidade enfatizou a necessidade de o Brasil “*organizar-se para os grandes empreendimentos de um futuro próximo*”, cabendo destacar o desafio, entre as tarefas de organização, de cuidar do “*problema de pessoal, (que) de tão difícil, chega a ser angustiante*”, pois não se dispunha de “*gente capacitada para os postos em que se exigem conhecimentos e técnicas, indispensáveis ao tipo atual de sociedade, eminentemente industrial e técnico*”.

A industrialização, o desenvolvimento agrícola, a complexificação da administração pública e privada aconteciam num ritmo que, segundo o Ministro, tornava quase impossível “*acompanhar no preparo de pessoal, não só de atender às exigências atuais, como dos tempos que se aproximam*”. Assim, reconhecia ele, “*a urgência de preparar equipes de especialistas nos vários ramos de atividade é tão grande que não podemos aguardar o lento resultado do nosso atual sistema escolar*”.

Pois, prosseguia,

“são muito recentes, e ainda em número deficiente, os cursos de preparação do material humano indispensável ao progresso do país, ao aproveitamento, em nosso benefício, dos conhecimentos e técnicas que a ciência moderna vai alargando” (BRASIL, InfoCapes, 1996, p. 10).



Mesmo porque, na sua opinião, “*o primado das letras sobre as ciências, que foi um dos males de nossa formação cultural, precisa ser corrigido nas suas consequências atuais*”, sendo, pois, necessário, “*promover a formação dos especialistas para as atividades básicas do país*” [...] “*formação de pessoal capaz de dirigir e de ser dirigido: economistas, estatísticos, técnicos em finanças, pesquisadores sociais [...]*”, entre outros, visando “*a obtenção, a curto prazo, de tripulações para novas unidades, não só de empreendimentos governamentais, como também da iniciativa privada*” (BRASIL, InfoCapes, 1996, p. 10).

Por quê uma campanha? Porque “para corrigir uma deformidade congênita de nossa formação profissional, não seria adequada mais uma lei ou mais uma repartição pública. Daí a ideia de uma campanha. Alguma coisa de vivo que desperte o interesse e a colaboração de todos”. Era esse o caminho que na linguagem do Senhor Ministro permitiria, em breve, “sair do regime dos práticos sem técnica e dos técnicos sem ciência” (BRASIL. Documentos Iniciais nº 1. Capes, 1952, p.3-5).³

O Ministro voltaria ao tema em dezembro daquele ano, discursando por ocasião da instalação dos trabalhos da comissão. Após mencionar a entrevista à imprensa, na qual afirmara os objetivos da campanha, retoma os argumentos fundadores:

[...] a sobrevivência de um povo que se viu, como o nosso, investido bruscamente de graves responsabilidades internacionais e dinamizado por

³Nesta série de publicações será usado complementações das fontes nas referências das citações para a melhor localização pelo leitor. (N.O.)

uma acelerada transformação industrial, depende de um rendimento humano altamente qualificado nos setores de pesquisas científicas e técnicas que asseguram o impulsionamento constante de um moderno organismo político e social” (BRASIL. Documentos iniciais, nº 1. Capes, 1952, p. 6).

Eram necessários especialistas capazes de inovação e de pesquisa, superando as formas rotinizadas e obsoletas de trabalho. Inglaterra, Estados Unidos e França mostravam-se ser os modelos de desenvolvimento de pessoal naqueles anos, pois eram países que, no imediato após-guerra, haviam-se preocupado com a formulação de políticas educacionais compatíveis com os novos desafios que se apresentavam. O que acontecia também “no Oriente”, referindo-se obliquamente à Índia e ao Japão. O Brasil não ia, pois, fazer algo sem precedente, mas, ao contrário, se preparava para

“[...] dar tardio início a uma das necessidades mais urgentes do nosso momento, que é a de balancear o nosso capital humano científico e profissional e estudar e planejar os meios de ampliá-lo, enriquecê-lo e melhorá-lo” (BRASIL. Documentos iniciais, nº 1. Capes, 1952, p. 8).

O Ministro insistia sobre a natureza das tarefas solicitadas à comissão, isto é, elaborar dentro das contingências nacionais, *um plano nacional de preparação do pessoal de nível superior* (grifos do original) como sendo a leitura correta do artigo 6º do decreto presidencial. Este plano requereria “*um levantamento das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, profissão por profissão e setor por setor*”, mas não se poderia esquecer que



“[...] a grande necessidade do nosso tempo não é tão somente a necessidade desse quadro técnico e profissional, mas, sobretudo, a do quadro dos cientistas propriamente ditos, pois estes é que irão elaborar os conhecimentos novos com os quais haveremos de edificar a nossa emancipação econômica e técnica”
[...] Não será necessário nos alargarmos na defesa do ponto de vista de que a nossa maior deficiência, ou melhor, dependência, está na falta de cientistas que conduzam os estudos e pesquisas indispensáveis à elaboração de uma tecnologia tropical capaz de nos erguer aos níveis que a ciência nos países temperados, elevou a sua civilização, por meio da tecnologia de clima temperado» (BRASIL. Documentos iniciais, nº 1. Capes, 1952, p. 9).

Matemáticos, físicos, químicos, biólogos, cientistas sociais “devotados a pesquisas e estudos e indiretamente ao ensino” deveriam

“[...] dotar-nos dos conhecimentos necessários à promoção do progresso, bem estar e independência do povo brasileiro, porque nada menos do que isso está hoje a depender da ciência e da tecnologia que haveremos de criar, com aquela ciência, para a nossa geografia e o nosso homem”. [Impunha-se, então, o] “recrutamento em todo o país, dos seus melhores talentos e oferecer-lhes condições para se transformarem nos cientistas capazes dos estudos originais de que precisa o Brasil para sua definitiva emancipação” (BRASIL. Documentos iniciais, nº 1. Capes, 1952, p. 10).



Seria, reconhece o Ministro, “*uma tarefa longa e árdua, [...], uma dessas tarefas para sempre inacabadas [...]*”, pois, na verdade, reconhecia também, era “*toda a obra do ensino superior do país que terá de ser ampliada, enriquecida e estimulada nos seus fins e nos seus meios*”. Impunha-se mobilizar e ampliar os recursos existentes, formando quadros “*nos mais altos centros universitários do estrangeiro*”. Impunha-se ir além de preparação de “*profissionais de ciência aplicada, isto é, da ciência formulada e conhecida*”. Urgia, desde então “*preparar os cientistas, isto é, os homens que elaboram e formulam a ciência que aqueles profissionais irão aplicar*”. Bem como “*preparar os especialistas e pesquisadores que constituem, em todas as nações, o estado-maior dos seus exércitos técnicos e profissionais*” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 11).

No dia seguinte ao decreto de criação da comissão, o Ministro designa o Prof. Anísio Teixeira como Secretário Geral da Comissão, “*com aprovação e louvor do Senhor Presidente da República*”, para conduzir a realização daquelas tarefas. No dia seguinte, Anísio Teixeira, na sua nova condição, fala à imprensa, fazendo eco, a seu modo, às palavras do Ministro. Salienta, então, “*a tremenda desproporção entre os recursos educacionais e a tarefa de progressão e expansão que vem o Brasil, a despeito de tudo, enfrentando e realizando*”. Anísio destacava as deficiências verificadas nos diferentes níveis de ensino (primário, secundário geral e profissional, e superior), fazendo comparações com outros países, notadamente com os Estados Unidos, enfatizando a desproporção na formação de quadros superiores, destacadamente



no caso da Engenharia. Deficiências quantitativas e qualitativas eram o problema central, caracterizando um “*problema de desajustamento profissional, técnico e científico*”.

A incumbência atribuída à comissão, era, então, a de proceder ao “*levantamento das necessidades do país em matéria de pessoal especializado*” e, ao lado disso, “*um inquérito sobre os recursos existentes para o seu preparo*” e, do “*outro lado*” do processo de formação, “*o emprego e a utilização do nosso capital técnico e profissional*”. Mas os estudos, levantamentos e inquéritos não deveriam impedir que ações concretas fossem desencadeadas de imediato:

“fazer um levantamento sumário das possibilidades e recursos de aperfeiçoamento existentes no país, das disponibilidades de bolsas de estudo fora do país e de especialistas estrangeiros para contrato no Brasil” (BRASIL. Documentos iniciais, nº 1. Capes, 1952, p. 14).

Resultaria dessas providências que, junto ao Ministério da Educação,

“poderia funcionar um Centro de Informações [...] para as pessoas que precisem ou queiram treino especializado e para as entidades que desejem empregar pessoal especializado” (BRASIL. Documentos iniciais, nº 1. Capes, 1952, p. 14).




O Secretário Geral observa ainda:

“As necessidades que vamos examinar são por todos sentidas. Nas poucas reuniões realizadas houve uma como porfia em demonstrar os esforços fragmentados mas significativos que já se vêm fazendo, por toda a parte, para prover as condições de aperfeiçoamento de nível superior no campo das atividades públicas e privadas” (BRASIL. Documentos iniciais, nº 1. Capes, 1952, p. 15).

Os exemplos aduzidos, no caso, se referiam ao Banco do Brasil, cujo programa previa a remessa de trinta funcionários especializados por ano para cursos de aperfeiçoamento no exterior, e ao programa de bolsas da Comissão Brasil-Estados Unidos, coordenado pelo Dr. Glycon de Paiva. A comissão iria, em boa medida, dar prosseguimento e maior amplitude a um esforço que já se vinha realizando. Em oportunidades distintas, os conselheiros se manifestam sobre os objetivos da comissão, estando registradas as contribuições do Dr. Farias Góes Filho e do Dr. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior.

O Dr. Farias Góes, representante da CNI, em documento apresentado à comissão, lembrará as atividades em desenvolvimento pela Comissão Mista, pela Comissão de Assistência Técnica, pelo CNPq (então recém-criado), pelo DASP e pela FGV, advertindo para que a comissão programasse suas atividades *“de sorte a não duplicar, inutilmente, esforços e, sobretudo, não interferir no campo de trabalho de cada uma delas”*.




Farias Góis insistia na preservação das atividades das Comissões de Assistência Técnica (leia-se ONU e Unesco) e Mista (leia-se Brasil-Estados Unidos), do CNPq (que deveria ser o responsável pelo preparo e aperfeiçoamento de cientistas para as pesquisas que financiasse e os estudos que lhe são afetos), do DASP, (responsável pelo aperfeiçoamento do pessoal administrativo dos serviços públicos federais)⁴ e da FGV (responsável pela formação de técnicos superiores de administração). Tratava-se, pois, de preservar as iniciativas de quase todos os órgãos convidados para compor a nova comissão. Nesse contexto, qual o espaço que caberia à CAPES? Desde logo ela não poderia ser uma concorrente face às entidades que a constituíam e seriam responsáveis por fazê-la vingar. Em termos contemporâneos, colocava-se o problema de identificar o “nicho” que a nova organização deveria preencher.

É ainda o Dr. Farias Góis que faz um primeiro delineamento da identidade do novo organismo:

“Os objetivos mais específicos da Comissão seriam, então, os do aperfeiçoamento de pessoal especializado de nível superior destinado a suprir as deficiências mais gerais do País e, sobretudo, as do ensino superior”.
[Pois a este cumpriria] *“preparar o quadro científico,*

⁴ Pelo Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) à época cooperava com o DASP, no fornecimento de estudos relativos a concursos de carreiras, pareceres sobre solicitação de transferência de funcionários, preparo e correção de provas objetivas para concursos e realização de exames de sanidade e capacidade física de candidatos a concursos e de transferência de carreira. O Inep possuía em sua estrutura duas seções para esta cooperação: uma de orientação e seleção profissional e outra de biometria médica, esta última alocava 21 servidores dos 39 que o Inep dispunha em 1938, quatro meses de sua criação (Brasil. Inep. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em sete anos de atividades. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. v. 6. n. 16, p. 95-135, out. 1945). (N.O).



profissional e técnico do país. Se for possível melhorá-lo e ampliá-lo, ter-se-á concorrido de forma decisiva para que o país possa encarar com segurança as suas necessidades maiores de pessoal especializado de nível superior. Nenhum plano nacional de aperfeiçoamento poderá, assim, ser elaborado sem que se tenha em vista esse objetivo” (BRASIL. Documentos iniciais, nº 1. Capes, 1952, p. 18).

Tratava-se de fazer do ensino superior brasileiro algo mais que “*um ensino propedêutico, mais do que realmente profissional e especializado, com maior nitidez dos objetivos, com clareza quanto aos componentes de cultura geral superior e cultura profissional e especializada*”, e, igualmente, “*de cuidar do seu aparelhamento e de condições adequadas para o exercício do magistério superior*”. À falta dessas transformações, lembrava ele, prevaleceria o “*caráter de irrealidade senão de futilidade, cujos efeitos, na opinião pública, culminaram na complacência com que o país recebeu o recente ato legislativo que ‘federalizou’ indiscriminadamente uma série de escolas e faculdades superiores particulares*”. Para ele, estava-se

“[...] em um desses pontos críticos de quebra de padrão, ameaçado o país não só de não ter os quadros científicos, profissionais e técnicos de que precisa, como de ver o ensino superior mergulhar no mesmo processo de simplificação e improvisação com que já vínhamos ‘resolvendo’, no ensino secundário e no primário, as nossas crescentes dificuldades de atender a crescente exigência popular por educação” (BRASIL. Documentos iniciais, nº 1. Capes, 1952, p. 18).

Estava posto, no entendimento do Conselheiro, “*a título de expansão inevitável desse ensino superior*”, a ameaça de “*subverter o*



seu próprio conceito e natureza” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p.19).

Diante desse quadro, então, o Dr. Farias Góis apresenta suas propostas:

“No plano nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, que cabe à Comissão organizar, cumpre, assim, ter em vista um conjunto de medidas capaz de influir decisivamente para a manutenção dos padrões de nossas escolas superiores e, se possível, para elevá-los. Para que isto seja conseguido, será necessária uma transformação radical das condições em que se vem exercendo o ensino superior. Não bastará a seleção mais alta e mais adequada dos alunos, embora ninguém negue a conveniência dessa medida. Não será suficiente a ampliação das instalações e aparelhagem dos cursos, mau grado isto seja indispensável. O próprio aperfeiçoamento dos professores não resolverá a situação, pois, nas condições atuais, mesmo o bom professor se sente incapacitado para produzir o que deveria produzir. A mudança terá de ser mais profunda, provocando uma situação para o aluno e o professor, tão nova e diversa que faça surgir, em ambos, uma atitude e uma disposição diferente, em face da atividade comum em que estão empenhados de ensinar e aprender” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p.20).

Mas, reconhecendo que essa mudança “radical”, por sua vez, não poderia ser tentada senão indiretamente, completa com as seguintes sugestões:



“1. Não se achando ainda organizados os cursos pós-graduados senão em poucas instâncias, a Comissão examinaria a viabilidade de um plano para a instalação dos cursos mais necessários, a fim de atender as deficiências mais sérias”.

2. Estes cursos seriam organizados paralelamente aos cursos regulares e com independência suficiente para se constituírem uma experiência nova de ensino superior. 3. Para ministrá-los, seriam convidadas missões universitárias estrangeiras que atuariam articuladas com alguns professores nacionais, à maneira das missões estrangeiras do exército, da marinha e da aeronáutica” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p.21).

A ideia vai ficando cada vez mais clara:

“[...] criar um ambiente de equipe para os professores de fora, de modo a permitir-lhes exercer uma influência de conjunto em nossos meios universitários, atuando sobre os métodos e o próprio espírito universitário”, [organizando, a partir daí] “os cursos pós-graduados que constituiriam o núcleo de um novo ensino superior” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p.21).

Equipes mistas de professores nacionais e estrangeiros formariam não apenas os especialistas mais necessários, mas também os consultores estudiosos *“do problema de revisão dos nossos métodos e hábitos de ensino universitário, dando início à formação dos novos professores e assistentes desse nível de ensino”*.

Essa estratégia, por sua vez, seria completada por um programa agressivo de formação *“no estrangeiro”*, contemplando



aquelas pessoas que demonstrassem, nos programas desenvolvidos por essas missões e equipes, um aproveitamento adequado. Desse contingente de bolsistas, “*escolhidos com o mais alto rigor*”, fazendo “*estudos determinados e programados por dois, no mínimo, e até por cinco anos*”, adviriam os quadros para o ensino superior a renovar e para “*os quadros civis, técnicos e científicos*” do País.

Complementarmente a esse programa, de caráter institucional, criar-se-ia uma outra modalidade, com vistas a atender às disposições do decreto fundador em relação aos “*indivíduos capazes, mas sem recursos*”, criando um sistema de bolsas específico, inclusive permitindo o deslocamento de alunos de uma região, carente de ensino superior, para “*fazê-lo em outro estado ou região*”.

Farias Góes propunha um plano de ação com quatro frentes:

“1) melhorar os critérios de seleção dos alunos destinados ao ensino superior, adotando novos critérios ou padrões para sua admissão e melhor ajustando a demanda às necessidades dos diversos cursos superiores;

2) contratação de missões estrangeiras através de um audacioso programa de intercâmbio cultural e científico-acadêmico;

3) organização de um serviço de bolsas no exterior;

4) organização de um sistema de bolsas no País.”

(BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p.22).



Igualmente marcante foi a contribuição do Dr. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (representante da Comissão Nacional de Assistência Técnica), que encaminhou ao Secretário Geral um plano de trabalho referente ao “*levantamento das necessidades brasileiras de técnicos*”, “*análogo ao que foi realizado na Índia e que figura em publicação recente da ONU*”, baseando-se em estudos outros que ele próprio realizara no Brasil, junto às escolas de Engenharia e, por fim, apresentando sua proposta para a ação da Campanha.

Após longas e documentadas considerações sobre as dificuldades metodológicas envolvidas num levantamento das necessidades de técnicos para os diferentes setores de atividade e até mesmo do próprio ensino, louvando-se em estudos realizados nos Estados Unidos e na Inglaterra, afirma:

“Vivemos, em questões relacionadas com a técnica, como certas vilas do interior brasileiro em relação com a assistência médica: não a conhecendo, não sentem sua falta; as crianças vêm ao mundo, algumas crescem, muitas morrem, mas os habitantes do lugar acham que isso é natural. Quando, entretanto, se instala, entre eles, um serviço médico, começam então a avaliar o quanto se perdia anteriormente em vidas e sofrimento. Coisa análoga se passa com largos setores de nossas atividades produtoras: vão produzindo, de qualquer jeito, a qualquer preço, sem avaliar os benefícios que a técnica moderna poderia introduzir nos métodos de produção para aliviar o esforço físico e aumentar o rendimento de nossos trabalhadores. Numerosas são as indústrias que aqui se instalaram com maquinismos antiquados, funcionando sob a direção de pessoas desprovidas de formação adequada. Seria muito difícil avaliar as necessidades de



técnicos especializados para tais indústrias, pois seus proprietários, alcançando grandes lucros sem maiores despesas, não se disporão facilmente a modificar seus métodos de trabalho” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 26).

A superação de um tal modo de ver as coisas adviria do mercado, do acirramento da competição entre os vários produtores, observa Oliveira Júnior. Mas, então, ao desenvolver-se a competição, (o que, na sua opinião, fatalmente ocorreria), seria necessário ter os especialistas preparados de antemão, mesmo porque outras razões se manifestavam:

“Não será possível deixar de considerar o caso de uma situação de emergência para o Brasil. Se irromper uma nova guerra e se a ela formos arrastados, o esforço técnico que os brasileiros deverão desenvolver será consideravelmente aumentado. Uma grande parte de especialistas será desviada para serviço ativo dentro das forças armadas, porém, ao mesmo tempo, todos os sistemas de produção e de distribuição passam a exigir um acréscimo sensível de assistência técnica” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 30).

Diante do quadro de emergência, na opinião do conselheiro Oliveira Júnior,

“[...] o inquérito para determinar as necessidades de técnicos de nível superior de que o Brasil carecerá para atender ao seu desenvolvimento econômico e social e à sua segurança, será muito demorado e suas




conclusões não poderão apresentar grande precisão” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 30).

Convinha, então, encarar o problema sob outro aspecto, encaminhando uma solução provisória para as necessidades mais urgentes, enquanto se executaria o estudo mais completo. Ademais, estava-se diante de uma evidência: o País não dispunha dos técnicos imprescindíveis para atender ao estágio de seu desenvolvimento, havendo uma demanda muito superior à oferta de formandos nas áreas técnicas, como em engenharia mecânica. O que se impunha, então, era ampliar o número dos especialistas, para “*aliviar o mais rapidamente possível a aguda escassez*” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 30 e 31). E apresenta, na sequência, as principais sugestões a encaminhar ao governo, segundo três “*ordens diferentes de trabalho*”:


- I. *Inquérito, a longo prazo, sobre as necessidades de técnicos para atender ao desenvolvimento econômico e social do Brasil;*
- II. *Inquérito, urgente, sobre o sistema educacional brasileiro;*
- III. *Sugestões imediatas para ampliar o quadro de técnicos nacionais.*

E, então, propõe as medidas para a ação imediata:

1. *reaparelhamento dos laboratórios das escolas existentes;*
 2. *atualização das bibliotecas dessas escolas;*
- 

3. aumento do número de assistentes das cadeiras que possuem turmas numerosas;
4. regime de tempo integral para as disciplinas fundamentais;
5. realização de cursos de aperfeiçoamento, no estrangeiro, para nossos professores;
6. estabelecimento de bolsas de estudos para alunos e graduados excepcionalmente bem dotados, a serem utilizadas no país ou no estrangeiro;
7. contrato de professores estrangeiros para cursos normais ou extraordinários;
8. criação, ou o desenvolvimento, dos institutos tecnológicos junto às escolas técnicas e a articulação destas com o ambiente em que existem;
9. **criação de cursos de pós-graduação;** (grifos nossos)
10. necessidade de dar maior autonomia às escolas superiores e universidades;
11. necessidade de alargar as fontes de recrutamento de candidatos às escolas superiores;
12. existência de escolas fundamentais comuns para as carreiras de base científica” (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 36 e 37).

Todas essas sugestões eram consideradas numa perspectiva estratégica. O Dr. Farias Góes acentuava:

- i) a realização dos objetivos da Campanha somente seriam alcançados com o desenvolvimento do ensino superior no País;
 - ii) os esquematismos das exposições não deveriam ocultar “toda a variedade e a complexidade de caminhos e providências necessários ao ataque do problema”;
 - iii) as providências precisavam ser estabelecidas segundo uma ordem de prioridades dado que umas
- 

se constituíam em “base para a utilização de outras”, havendo as de “emergência”, a tratar no curto prazo, e “outras de maior profundidade”, a enfrentar numa perspectiva de longo prazo.

(BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 36 e 37).

Na percepção do representante da CNI ainda se deveria considerar que

“o problema de ampliação da nossa capacidade de formação de pessoal de nível superior pode implicar não apenas em medidas de adição, mas de modificação de estruturas do atual sistema de ensino superior”

(BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 37).

Não obstante, *“tal tipo de providências estará sempre dependente dos atos do legislativo e em boa lógica devem resultar do amadurecimento das medidas citadas atrás”* (BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 36 e 37).






A Natureza da Organização e sua Estrutura



Discutiu-se igualmente a melhor forma de estruturar a Capes. Remetendo-se aos termos do decreto, observa mais uma vez o Conselheiro Farias Góes:

1. *“O decreto [...] estabelece [...] que esta Comissão deverá propor a forma definitiva que deva ser dada à entidade incumbida da execução sistemática e regular dos objetivos da campanha;*
 2. *[...] em nosso entender é cedo para a fixação da forma desse organismo. É, entretanto, conveniente que se possa antever desde logo que a ação prevista terá que se desenvolver por muitos anos, e de forma sistemática;*
- 

3. [...] trata-se de agir em dois sentidos: o da ampliação quantitativa do ensino superior e o da modificação de sua qualidade, este segundo objetivo deixa entrever a contingência de uma reforma. A diferença está no método de empreendê-la agora, não por via de simples reconstrução arquitetônica da lei, mas por meio de levantamento de dados, pela formação de uma consciência pública de que há nesse setor uma obra de grande vulto a ser feita, pelo enriquecimento gradativo de suas instalações, e uma grande enxertia humana no magistério e corpo discente;
4. [...] tal método de ação implicaria a existência de um órgão sem os compromissos absorventes das rotinas de administração do sistema de ensino superior no Brasil e inteiramente dedicado ao programa de enriquecimento do ensino superior;
5. [...] com base em inquéritos e levantamentos, a ação enriquecedora do novo organismo se exerceria sem que este assumisse poder ou atitude de gerência das universidades ou escolas, mas por via de estimulação e oferta às mesmas de colaboração técnica e financeira. A primeira forma dessa colaboração poderia ser dada para a elaboração de projetos concretos, de cursos pós-graduados, ou de ampliação de laboratórios ou de expansão de bibliotecas, etc. A segunda seria através de acordos escritos entre o organismo e as universidades ou escolas para a realização efetiva de projetos elaborados, com o prazo e condições determinadas. Para este fim o organismo disporia de fundos;
6. A Comissão funcionaria como órgão de entendimento para acordos de missões estrangeiras e controlador da ação dessas missões no País;



7. *A Comissão atuaria como órgão regulador de bolsas de estudo no País e no estrangeiro para estudantes de cursos superiores*”.

(BRASIL. Documentos iniciais, nº1. Capes, 1952, p. 36 e 37).

Delineava-se, por aí, a Capes como uma estrutura pequena, com objetivos claros, exercendo um papel catalisador de iniciativas e contatos, por oposição a um órgão de intervenção direta no sistema de ensino superior.

O parágrafo único do artigo 7º dispunha que a comissão propusesse todas as “*medidas julgadas indispensáveis ao desempenho de suas funções, inclusive a requisição de servidores públicos civis, na forma da legislação em vigor*”, como forma de resolver, de imediato, a formação dos quadros técnicos básicos (Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951). Por outro lado, o artigo 11 dispunha que os membros da comissão não perceberiam remuneração especial pelos seus trabalhos, mas “*ser(iam) considerados como tendo prestado relevantes serviços ao país*”. O artigo 9º, além disso, estabelecia que os dirigentes dos órgãos da administração pública, das autarquias e das sociedades de economia mista deveriam facilitar o afastamento dos seus servidores selecionados para o programa de aperfeiçoamento que o decreto instituía. O local de trabalho escolhido ficava à Avenida Marechal Câmara, 210, 8º andar, caixa postal 5185, endereço telegráfico EDCAPES, Rio de Janeiro.



A Capes, dentro dessa orientação, foi estruturada de forma muito simples. À frente das atividades se encontrava o Secretário Geral, tendo o apoio de um Diretor de Programas e de um Diretor Executivo. A Direção de Programas foi inicialmente ocupada por Armand Hildebrand, (em 1953 ele integra a Diretoria do Ensino Secundário do MEC), a seguir ocupou-a Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres (depois Diretor do Programa Universitário), que, por sua vez, foi substituído por Almir de Castro que, a partir de abril de 1954, assumirá também as funções de Diretor Executivo. A partir de 1955, Almir de Castro aparece como Diretor de Programas, deixando de constar dos documentos da Capes o cargo de Diretor Executivo e, por consequência, de seu virtual ocupante, supostamente absorvidas suas funções pelo primeiro.

Os programas eram apenas dois: o Programa Universitário (PgU) para *“acudir e auxiliar o desenvolvimento das universidades e institutos de ensino superior”*, e o Programa dos Quadros Técnicos e Científicos (PQTC) para *“atender à demanda de pessoal de nível superior por parte dos meios profissionais e culturais do País”*. Esses dois programas contavam, como instrumento auxiliar, com o apoio de dois serviços: o Serviço de Bolsas de Estudo e o Serviço de Estatística e Documentação, cabendo a este último promover os levantamentos para orientar e verificar os resultados das ações do primeiro.

Ao Serviço de Estatística e Documentação cumpriria, ainda, a manutenção de arquivos, cadastros e estatísticas relativos às instituições de ensino superior, aos profissionais de nível superior,



a constituição de uma biblioteca e a organização de uma bibliografia especializada, bem como efetivar as publicações da Capes.

Os programas e serviços, por sua vez, contariam com o apoio de um Serviço Administrativo, formado por uma secretaria, que se responsabilizava por: expediente, protocolo, arquivo, expedição e correspondência. Eram suas atribuições, além disso, as funções de: pessoal, material, orçamento e contabilidade. Documentos da época indicam a passagem de A. Junqueira Ayres, depois de Rubens Maciel pela direção do Programa Universitário (tendo o segundo contado com a assistência do especialista greco-americano Rudolpho Atcon); de Paulo Novaes e Eduardo de Carvalho, depois, Frederico Rangel pela direção do PQTC (o último trazendo consigo Celso Barroso Leite, que se tornaria assistente de Almir de Castro e retornaria à Capes em dezembro de 1969 como Diretor Geral); Hamilton Ferreira ocupará a chefia do Serviço de Bolsas de Estudo; Antônio Teixeira de Freitas e Ovídio de Andrade serão responsáveis pelo Serviço de Estatística e Documentação, onde terão apoio de Lauro de Sá, que muitos anos depois se aposentará como servidor da Capes, com presença destacada; Edite de Azevedo será assistente do Secretário Geral e Lígia Paixão de Moraes será a chefe do Serviço de Administração, onde estará o Serviço de Contabilidade, função exercida por Domingos Vieira Gomes, que também fará uma longa carreira na Capes e se aposentará nos anos de 1980 tendo exercido as funções de Diretor Administrativo.





Status Institucional e o Processo Decisório


Segundo Cleanto de Paiva Leite⁵ a Capes surgiu como concepção da Assessoria Econômica da Presidência da República, então chefiada por Rômulo Almeida. Segundo Cleanto, a assessoria concebia projetos, levava-os ao Presidente e, uma vez aprovados por este, eram eles apresentados aos ministros das respectivas pastas, que lhes assumiam a paternidade e os tocavam em frente. Assim, concebida a criatura Capes, o MEC a adotou. A Capes,

⁵Cleanto de Paiva Leite foi técnico de organização e métodos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) na década de 1940. Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) integrou a equipe da Assessoria Econômica da Presidência da República, órgão de planejamento econômico diretamente ligado à Secretaria da Presidência. Ainda nesse período participou de uma comissão criada para elaborar um projeto de renovação da estrutura administrativa do governo. Do trabalho dessa comissão resultou um documento que previa as atuais funções dos ministérios da Indústria e Comércio e do Interior. Em 1951, Cleanto de Paiva Leite tornou-se representante do Brasil, no United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF), função que exerceria até 1954. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leite-cleanto-de-paiva> . Acesso em abril/2023. (N.O).

então, respondia diretamente ao Ministro da Educação, através do Secretário Geral da Comissão, por ele designado. Desde 1952, atendendo à exposição de motivos nº 757, de 30 de junho de 1952, a Capes foi considerada como uma “*das campanhas extraordinárias*” da Presidência da República e, por proposta da comissão, o Inep, cujo diretor era o próprio Anísio, serviria como seu órgão executivo, para efeitos de execução orçamentária, sem entretanto imiscuir-se nas tarefas e projetos da campanha.

No ano de 1954, considerando-se vencida a etapa preliminar, a mesma comissão, buscando atender ao artigo 7º do decreto fundador, encaminha ao Ministro, Cândido da Mota Filho, uma exposição de motivos com a proposta de criação de uma fundação que daria à campanha uma estrutura definitiva. Isto, entretanto, não acontecerá.


Em junho de 1961 aconteceu uma primeira alteração no decreto de criação. Por essa alteração, expressa no Decreto nº 50.737, define-se a subordinação direta da Capes à Presidência da República. Seus objetivos permanecem inalterados. Mas, (eram tempos de Jânio Quadros e de abertura diplomática para o Terceiro Mundo) incluiu-se um artigo, o de nº 4, o qual falava em “*administração das bolsas de estudo oferecidas pelo governo brasileiro a latino-americanos e afro-asiáticos para cursos de graduação e pós-graduação no Brasil*”. Reiteravam-se os objetivos definidos no decreto inicial. No artigo sétimo, menciona os “setores” que integrariam a estrutura da Capes, a saber: Programa Universitário, Programa dos Quadros Técnicos e Científicos, Programa de Estudos, Levantamentos e Documentação e Secretaria Administrativa. Por um lapso, ficou esquecido o Setor



de Bolsas de Estudo, exatamente o mais importante setor de atividades da Capes. Em 5 de agosto do mesmo ano, o Decreto nº 51.146/1961 altera o artigo 7º do anterior, mencionando Serviço (e não programa) de Estudos e Serviço de Bolsas de Estudo.

Permanecia como campanha, mas, dispunha o artigo 3º do Decreto nº 50.737/1961, que ela “*seria assessorada por um Conselho Consultivo*”, invertendo, nesse particular, a condição original. Não era mais a Capes o órgão executivo de uma comissão de notáveis, mas era um órgão, certamente respeitado, a ser “*assessorado*” pelos notáveis. A esse conselho cumpriria reunir-se duas vezes por ano, pelo menos, “*para apreciar o relatório das atividades e a prestação de contas do exercício anterior e aprovar os planos anuais de trabalho*”. Integrariam o conselho onze membros, “*todos de livre nomeação do Presidente da República*”, e mudariam os órgãos nele representados. Agora, além de um representante do Ministério da Educação e Cultura, haveria um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, um representante do Ministério das Relações Exteriores, um representante do Conselho Nacional de Pesquisas, um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, mantinha-se um representante da Confederação Nacional da Indústria e um representante da Confederação Nacional do Comércio.

O decreto dispunha ainda sobre as sessões do conselho e que um coordenador (não mais um Secretário Geral) seria o responsável pela execução dos planos anuais de trabalho, sendo auxiliado por um Diretor-Executivo. No entanto, apenas em setembro de 1963, por decreto datado do dia 24, a nova composição do conselho é



efetivada. Aparecem, então, os novos órgãos e seus representantes: Darcy Ribeiro (representante da Presidência da República, da qual era chefe da Casa Civil); Durmeval Trigueiro Mendes (Diretor de Ensino Superior do MEC); Frederico José de Sousa Rangel (pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social); Wladimir Murtinho (pelo Ministério das Relações Exteriores); Manoel Frota Moreira (pelo CNPq); José Ribeiro Lira (pelo BNDE); Eduardo Simonsen (pela Confederação Nacional da Indústria); José Luís de Magalhães Lins (pela Confederação Nacional do Comércio); Antônio Moreira Couceiro e Jacques Danon, desvinculados de representação institucional, mas nomes ligados a atividades acadêmicas. Anísio Teixeira era mantido como Coordenador e Almir de Castro como Diretor Executivo. O relatório de 1963 refere-se à situação institucional nos seguintes termos:

“O Decreto nº 50.737, ao mesmo tempo que (a) reestruturou, subordinou-a à Presidência da República, situação, todavia, até o momento não perfeitamente definida quanto às suas consequências administrativas práticas” (BRASIL. Relatório Capes 1963, 1964, p.3).

Prosseguia assim a Capes operando

“em articulação com o Inep, sob a direção de um Secretário Geral, diretor daquele órgão, desenvolvendo planos de trabalho previamente aprovados pelo Ministro da Educação e pelo Presidente da República” (BRASIL. Relatório Capes 1963, 1964, p.3).

E continuava ficando como definitiva a estrutura inicial, a Capes operando dentro de grande margem de informalidade e



autonomia. Sua vinculação à Presidência da República e, dentro desta, inclusive ao Gabinete Militar, em nada alterou o tipo de trabalho, apenas deu-lhe maior *status* para efeitos externos, reconhece Dr. Almir. Assim, também, pouca era a ligação com o MEC, sendo o próprio orçamento discutido diretamente com o DASP⁶. Aliás, os recursos sempre foram e continuavam pequenos e, assim, não despertavam maior cobiça e interesse. Entretanto, essa situação incomum, do ponto de vista formal institucional, certamente se deveu à renúncia do Presidente Jânio Quadros e à crise institucional que provocou, abrindo-se o interregno parlamentarista e com ele um período de instabilidade.

É interessante notar que a Capes executava uma política de reforma profunda da educação superior do País, mas nunca se encontra registro da presença da Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. A leitura dos documentos sugere uma grande autonomia e, pela natureza dos levantamentos por ela realizados, como aqueles referentes aos estabelecimentos de ensino superior, sobre os exames vestibulares, as carreiras acadêmicas, até mesmo sobre programas de preparação para os exames vestibulares, ditos '*cursinhos*', era a grande mentora dessa área, dispondo de uma grande autoridade e de uma grande ascendência sobre as outras esferas.

Depoimentos de pessoas como o Dr. Almir de Castro indicam ter a Capes se transformado num núcleo de pensamento e

⁶ A Capes discutia diretamente com o Dasp o orçamento, um braço do Dasp estava no Inep, por isso o instituto fornecia o orçamento para a Capes (N.O.)



de formulação de projetos: por ela, e em torno de Anísio, circulavam as pessoas bem informadas e ela se constituiu numa espécie de centro de formação de gestores da política educacional, ainda que informalmente. Nela se pensou o Conselho Federal de Educação e sua composição final, nela se pensou o projeto da Universidade de Brasília, constando, inclusive, entre suas realizações, o auxílio para a realização de um seminário destinado a discutir esse projeto. À frente de tudo, sempre, duas figuras: Anísio Teixeira, a grande figura do conceitualizador, e associado a ele a imprescindível figura de Almir de Castro⁷, o grande executivo.

A continuidade da Capes e de seus programas nesse período se deve a essa dupla, sempre habilidosa e inspirada, que procurou, conforme ainda o depoimento do Dr. Almir, cultivar “boas relações” e associar-se a “bons nomes”. De um lado, eram ambos baianos e se relacionavam bem com os ministros que se sucederam, em bom número também baianos. Por outra parte, sabiam se articular politicamente, mantinham-se discretos, sem dar ao órgão peso econômico orçamentário muito grande, o que, confidenciou Dr. Almir, contribuía para “não despertar a cobiça dos políticos”.

É compreensível, assim, o fortalecimento da Capes, ainda sob a denominação de Campanha. Ela conseguiu manter a continuidade de seus programas durante todo o período de sua implantação, apesar das turbulências políticas, em especial surgidas com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas e a posse de Café Filho, e, posteriormente, a passagem para o governo Juscelino Kubitschek,

⁷No Segundo livro desta Série apresenta o trabalho de Almir de Castro na Capes. (N.O.).



em meio aos alvoroços de novembro de 1955, e de Juscelino para Jânio Quadros, eleito pela oposição. A seguir, com a renúncia deste, vem a posse de João Goulart, com mudanças institucionais significativas, como a introdução do regime parlamentarista e o posterior retorno ao presidencialismo.

Além disso, na esfera do Ministério da Educação, o período foi marcado, pela sucessão ininterrupta de ministros, (mas com marcante presença de ministros oriundos da Bahia). Houve uma importante exceção no período Kubitschek, em que Clóvis Salgado teve permanência duradoura. A tudo isso a Capes, ainda como campanha, sobreviveu incólume institucionalmente, ainda que com marcas em seu desempenho.






A Ação da Campanha



Se o segundo semestre de 1951 foi ocupado com a estruturação da campanha e as grandes definições de política, o ano de 1952 é o ano da escolha e do planejamento das ações e de seu início. São feitos os estudos preliminares sobre as futuras linhas de ação, a organização e composição do *staff*, os contatos com as instituições superiores de ensino superior, de pesquisa e de tecnologia, as organizações profissionais, bem como com as instituições estrangeiras vinculadas aos problemas de formação de pessoal especializado de nível superior. Este último item foi feito, inclusive, através de uma viagem de estudos e contatos na Europa, minuciosamente relatada no mesmo documento à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): Portugal, França, Unesco, Bélgica, Alemanha (DAAD), Suíça, Holanda, Suécia, Inglaterra (*British Council*).


Levantados os problemas de interesse das maiores universidades brasileiras (foram escolhidas inicialmente sete



universidades: a Universidade de São Paulo (USP) e seis universidades federais: Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade do Paraná, Universidade do Brasil, Universidade de Minas Gerais, Universidade da Bahia e Universidade do Recife (“*dada a impossibilidade de atender a todas as instituições existentes*”), realizados os contatos com as instituições estrangeiras, passou-se ao desenvolvimento das atividades.

Desde logo optou-se por apoiar as atividades de ensino e de pesquisa, “*por óbvias e relevantes*”, centrando-se as atividades da Capes “*no setor de pessoal habilitado para a docência e a investigação e subsidiariamente ao pessoal técnico e auxiliar*”, porquanto “*a Capes não poderia senão indiretamente contribuir para a melhoria das instalações materiais dos institutos universitários, dado o seu alto custo e a existência nos orçamentos universitários de quantias destinadas a este fim*”. Presidiram a esta tomada de decisão considerações de estrita racionalidade:

“Preliminarmente, procurou-se delimitar o campo inicial de ação do Programa Universitário. Partindo da premissa de que o objetivo final visado era o desenvolvimento das universidades e dos institutos de ensino superior do país, em todos os seus aspectos, e considerando de, um lado, a exigüidade dos recursos materiais disponíveis e, de outro, a óbvia necessidade de ordenação dos trabalhos segundo um critério lógico de prioridades, reconheceu-se, desde logo, o imperativo de estabelecer-se rigorosamente sob que formas e em quais setores iria recair a atividade cooperativa e estimuladora da Capes” (BRASIL. Relatório Capes 1952, 1953, p13).



Em novembro de 1954, por ocasião da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade da qual Anísio Teixeira chegou a ser presidente, foi apresentado um relatório das ações da campanha, já conhecida como Capes. É um informe circunstanciado e que recupera o itinerário da entidade até aquele momento, sob uma forma de prestação de contas à comunidade científica. (Vale, por sinal, o registro de que, apesar de existir desde 1948, a SBPC não fora convidada a integrar a Comissão da Capes).

O documento reafirma os objetivos “essenciais” da entidade:

- a) estudar e promover a distribuição adequada do pessoal de nível superior;*
 - b) elaborar planos para a expansão regular e ordenada dos meios de formação do pessoal de nível superior, no sentido de atender àquela distribuição;*
 - c) estimular o desenvolvimento de especialidades de cuja falta se ressintam os quadros técnicos e culturais do País;*
 - d) contribuir para o aperfeiçoamento qualitativo de pessoal de nível superior;*
 - e) oferecer oportunidades para preparação superior de indivíduos especialmente capazes, mas desprovidos de recursos, selecionados mediante rigoroso critério de aptidão”*
- (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p.6).

O seu plano de trabalho propunha um conjunto de atividades distribuídas em três eixos:



*“a) estudo dos fatores e circunstâncias que intervêm nos processos de formação, distribuição e exercício de atividades do pessoal de nível superior;
b) promoção e recomendação de medidas de caráter imediato, destinadas a corrigir situações específicas de falta de técnicos ou de condições para o seu preparo (bolsas de estudos, cursos pós-graduados, contrato de professores e técnicos estrangeiros e aperfeiçoamento de instituições de ensino superior com vistas ao aumento da sua capacidade para o preparo de profissionais);
c) promoção ou recomendação de medidas a longo termo, destinadas a modificar as bases do atual sistema de preparação de pessoal de nível superior, de maneira a melhor adaptá-lo ao efetivo preparo profissional”*
(BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p.6).

Os eixos principais, por sua vez, se desdobravam em múltiplas ações, compreendendo estudos e pesquisas, articulações, cooperação com centros de ensino superior, preparo de professores, técnicos e investigadores, e também estatística e documentação.

Esse conjunto de ações caracteriza a recém-criada instituição, articulando suas funções de apoio à formulação de política para o setor de nível superior com efetivo trabalho de planejamento, ancorado em estudos academicamente conduzidos. Os estudos encomendados revelam a influência da economia da educação no planejamento educacional, notadamente a abordagem conhecida como *manpower approach*, e que consiste em procurar dimensionar os requisitos de mão de obra especializada para diferentes setores e ramos da economia. Assim, eles se preocuparão com o



“levantamento preliminar do mapa econômico e do mapa cultural do Brasil; características dos vários setores econômicos nas diversas regiões do País e estudo das tendências do desenvolvimento econômico e distribuição do pessoal de nível superior em exercício” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p.7).

Era uma abordagem abrangente quanto às atividades a estudar (produção extrativa, agrícola e industrial; comércio, transportes e comunicações; administração pública; assistência médico-sanitária, previdência e assistência social; educação, ciência e cultura) e quanto às regiões geopolíticas a contemplar, indicando que os dirigentes da Capes partilhavam de uma visão integrada e abrangente do País. E com uma perspectiva de passado e de futuro: tratava-se de estudar a variação da produção, das atividades e do quadro de pessoal não apenas em determinado período, mas de buscar captar as tendências do desenvolvimento numa perspectiva de cinco a dez anos, incorporando previsão das necessidades de pessoal de nível superior.

A distribuição do pessoal de nível superior no País, em suas diferentes regiões, sua adequação face às condições econômicas e culturais, os possíveis déficits ou excessos, as causas dos desajustamentos, tais eram as preocupações expressas, tudo isso tendo em vista formular diretrizes para superar ou corrigir os problemas, desencadear iniciativas imediatas segundo prioridades que viessem a ser estabelecidas,



“dando-se particular ênfase à formação de especialistas de alto nível em setores do conhecimento onde a deficiência de elevado preparo especializado possa concorrer para retardar a marcha do progresso econômico ou cultural do País” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p.8).

A articulação institucional surge, então, como estratégia básica. Essa articulação se faria com o setor econômico (leia-se: indústria), e com o setor administração (leia-se: governo), para conhecer as necessidades de pessoal especializado e “coordenar” as atividades de preparação dos quadros técnicos. Importante também seria a articulação com agências, nacionais, estrangeiras e internacionais ou multilaterais que desenvolvessem programas destinados à formação de pessoal.

Tudo isso visava ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa nos centros universitários e institutos de ensino superior, tendo em vista auxiliar e estimular a *“melhoria do pessoal destinado à docência e à investigação”* (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p.8).

Era uma atividade de fomento que se consubstanciava através de uma estratégia de criação de centros (nacionais), núcleos (regionais) de ensino e pesquisa, e unidades (universitárias ou locais) de trabalho especializado, valendo-se, para tanto, da concessão de bolsas de aperfeiçoamento e, *“eventualmente, quando os recursos o permitirem”*, por meio de auxílios para melhorar e ampliar instalações e equipamentos. A criação desses centros, núcleos e unidades constituía o âmago de um programa que



“[...] representaria uma etapa de transição para outro tipo de trabalho, mais direto e efetivo como instrumento de estímulo para uma salutar renovação de nossos métodos de ensino universitário: a criação de missões universitárias, verdadeiro transplante de grupos homogêneos de professores, assistentes e investigadores de disciplinas afins, trazidos de grandes centros universitários, científicos ou tecnológicos do estrangeiro, para aqui estabelecerem, sob regime de mandato universitário, outros tantos núcleos de treinamento pós-graduado, onde, integralmente conservados o espírito e os métodos originais do ensino e da pesquisa de alto padrão, encontrariam os profissionais recém-formados ambiente de excepcionais condições para o desenvolvimento de suas aptidões” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 9).

A ambição era grande e confessa:

“Equivaleria a iniciativa em transferir para o nosso País parte vital de alguns dos grandes centros mundiais de ensino e pesquisa nos campos científicos de maior atualidade, escolhidos em função do seu alcance no sentido da superação dos nossos problemas de desenvolvimento” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 10).

Com esse programa obter-se-iam, concomitantemente, dois proveitos: de um lado, a especialização dos quadros docentes; de outro, a renovação das instituições de ensino e de pesquisa, pela inoculação do *“gérmen de uma nova experiência de ensino a sobrepor-se ao sistema corrente, complementando-o e ampliando-lhe as atuais perspectivas”* (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 12).





Programa Universitário

Em 1953 foi implantado o Programa Universitário (PgU), envolvendo projetos voltados aos centros universitários, núcleos universitários ou unidades de trabalho universitárias, os quais, diferenciando-se pela dimensão, mantinham uma característica comum: a contratação de um professor pesquisador sênior em torno do qual se articulava um grupo numericamente variável de professores assistentes. Eram importantes, então, as missões universitárias, para atuarem nessas universidades. Tratava-se, típica e reconhecidamente, de uma tentativa de reeditar os processos de construção das atividades acadêmicas na USP e na Universidade do Distrito Federal, cujo êxito era tido como inquestionável em ambas, mas sobremaneira no caso da USP.

Os centros deveriam vir a se constituir nos futuros institutos universitários, e os professores assistentes brasileiros poderiam, no futuro, preencher os claros que ocorressem no campo universitário, e teriam uma perspectiva de âmbito nacional,

enquanto os núcleos teriam a dimensão apenas da respectiva universidade e as unidades se referiam ao apoio ou reforço de uma cadeira já funcionando e precisando de reforço. O informe relata que

*“em reunião da Comissão [...] foram discriminadas as **especialidades** cujas deficiências seriam preenchidas de preferência, mediante o contrato de professores estrangeiros, constituindo ao todo 26 projetos” (grifos no original) (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 13).*

Foram 11 os centros contemplados: Química Orgânica da Universidade do Recife; Geologia e Anatomia Patológica da Universidade da Bahia; Entomologia Aplicada e Solos da Universidade do Brasil, este último com a cooperação do Instituto Nacional de Pesquisas Agrônomicas do Ministério da Agricultura; Antropologia Aplicada, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo; na USP, Histologia; na Universidade de Minas Gerais, Fisiologia e Química; na Universidade do Rio Grande do Sul, Fisiologia e Bioquímica.


Foram sete os núcleos: na Universidade do Recife, Biologia Marítima, Biologia Matemática, Hemodinâmica e Literatura Francesa; na Universidade do Brasil, Celulose, com a cooperação do Instituto Nacional de Tecnologia; na Universidade de Minas Gerais, Literatura Francesa e, na Universidade do Paraná, Arqueologia. Finalmente, foram contemplados sete unidades de trabalho universitárias: Bacteriologia e Eletrofisiologia na Universidade do Brasil, a primeira junto ao Centro Nacional de Puericultura; na



Universidade de São Paulo, História da Educação e Administração Escolar (esta última junto à Escola de Sociologia e Política); na Universidade do Paraná, Física Teórica e Antropologia Social; e Anatomia, na Universidade do Rio Grande do Sul.

Na mesma oportunidade a Comissão aprovou auxílio para a vinda de uma Missão Universitária destinada a cooperar na instalação dos cursos da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 19).

Dentro do Programa Universitário (PgU) foram inicialmente efetivados 50 projetos, envolvendo os seguintes nomes: W.W. Milstead, norte-americano, (herpetólogo); J. I. Townsend Jr., norte-americano, (geneticista); Prof. Sawaya (brasileiro?), (bibliografia científica); Carl Withers, norte-americano, (sociólogo); Maurice Vouzelaud, francês, (língua e literatura francesas); Henri Bénac, francês, (filólogo); Fernando Altenfelder da Silva, brasileiro, (Antropologia); Antônio Pinto de Carvalho, português, (Letras Clássicas e Literatura Portuguesa); Celso Ferreira da Cunha, brasileiro, (Linguística); Giorgio Schreiber, (?), (biólogo); Carl Mielke, (?), (taxidermista); Karl Lauer, austríaco, (especialista em celulose); Donald Pierson, norte-americano, (sociólogo); Lígio Cota, (?), (farmacêutico); Louis Marfaing, francês, (Língua e Literatura Francesas); Prof. Houssay, (argentino (?)), (prêmio nobel de Fisiologia); Prof. José Silveira, brasileiro, (Tisiologia); Manfredo Kempf Mercado, boliviano, (História do Pensamento Hispano-Americano); Prof. A. Izecksohn, brasileiro, (Termodinâmica/ Motores Térmicos); O. Pires Pinto, brasileiro, (ensino de Sociologia);



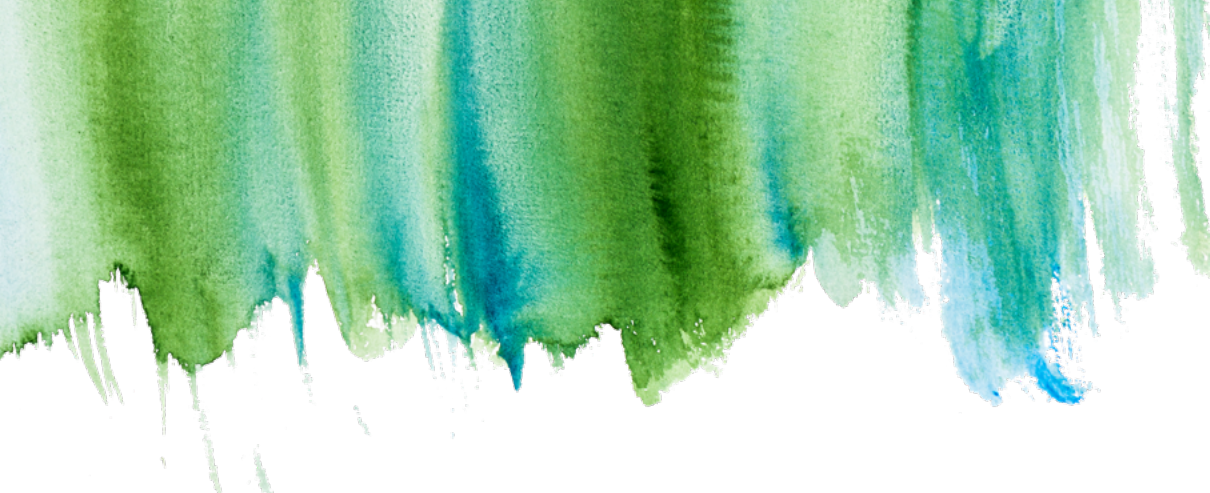
Eurialo Canabrava, brasileiro, (Filosofia da Ciência); Lazlo Hommonay, (?), (Sociologia e Política); Atos da Silveira Ramos, brasileiro, (Química); Klaus Hein, alemão, (físico); Frank Philips, norte-americano (Psicanálise); Robert Stampfli, suíço, (Biofísica); Hervásio Guimarães de Carvalho, brasileiro, (Física Nuclear); Ettore Onorato, italiano, (Mineralogia); Severino Vasconcelos de Almeida Magalhães, brasileiro, (Microbiologia); Quintiliano Diniz de Deus, brasileiro, (?); Jack P. Davidson, (?), (Pesquisas Físicas); Aimone Summa, brasileiro, (Economia); Carlos Augusto de Vasconcelos, brasileiro, (engenheiro civil e eletrotécnico); Jorge Américo Sussman, brasileiro, (engenheiro mecânico eletricitista); Joan Garland, (?), (Química); Harry William Hutchinson, norte-americano, (Antropologia e Etnografia).⁸

Estes foram os primeiros nomes mobilizados pela ação da Capes. Tratava-se, no caso dos estrangeiros, de realização de “contratos” para trabalho acadêmico específico no Brasil, notadamente junto às instituições já mencionadas, o que também acontecia com alguns brasileiros, que se deslocavam internamente de uma universidade para outra. Mas os brasileiros foram, sobretudo, contemplados com bolsas de estudo no exterior, auxílios para viagens de estudo e intercâmbio acadêmico, ora no exterior, ora no próprio país. Cooperação, colaboração e convênios, eram os tipos de projetos firmados com as instituições. Nestes casos também se verifica uma diversidade de campos do conhecimento e distribuição geopolítica: Fundação Getúlio Vargas, USP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), Escola Politécnica da Universidade da Bahia,

⁸Algumas informações sobre os pesquisadores e cientistas estão incompletas ou com interrogação no original do autor. (N.O.)

Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, Museu Nacional da Universidade do Brasil, Instituto de Fisiologia Experimental da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Museu do Índio, entre outras.





Programa dos Quadros Técnicos e Científicos




O Programa de Quadros Técnicos e Científicos (PQTC) se desenvolvia, principalmente, por meio dos estudos, das pesquisas e dos levantamentos

“destinados a esclarecer o conhecimento relativo às disponibilidades de profissionais e técnicos de nível superior através do país, sua distribuição e suas deficiências quantitativas ou qualitativas em face às necessidades condicionadas pela situação econômica, social e cultural de cada região” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 25).

O documento em apreço destaca como tendo sido realizados os seguintes trabalhos:

I. Estudos para a organização de um Catálogo de Ocupações de Nível Superior.



II. Estudo da Situação Econômica do Brasil: estudo “considerando o país como um todo, as diferentes regiões e os diferentes setores da economia, incluindo tendências evolutivas ou regressivas e indicando as mudanças sociais observadas nas regiões de maior desenvolvimento econômico”.

III. Levantamento do Custo e do Financiamento da Educação, compreendendo os diferentes níveis do ensino.

IV. Estudo sobre a Educação e a Evolução Tecnológica do Brasil. Feito sob encomenda da Unesco, compreendia a “análise e interpretação dos fenômenos da industrialização, evolução social e transformação do sistema educacional, em nosso país, nos últimos trinta anos”.

V. Estudo sobre Técnicas Faltantes, tendo por objetivo fazer um levantamento “das técnicas não existentes ou insuficientemente desenvolvidas e, entretanto, reclamadas pela marcha do desenvolvimento econômico, social e cultural do País”

(BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 25).

De acordo com o expositor,

“[...] os resultados preliminares, que não autorizam conclusões definitivas, constituíram, entretanto, valioso elemento para estabelecimento do quadro de prioridades provisoriamente adotado pela Capes para orientação de seus programas” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 27).

Além destes mencionados, encontravam-se em realização:

VI. Estudo sobre Bases para determinação das necessidades e deficiências de pessoal de nível superior.



VII. Levantamento preliminar da Situação dos Estados da União, para estudar as condições da economia de cada um deles, a respectiva estrutura e as tendências, num “quadro geral do desenvolvimento econômico brasileiro”. Sua finalidade, como os demais, era “fornecer bases fundamentais para o estabelecimento das diretrizes gerais da política da CAPES no que se refere às estimativas das necessidades de pessoal de nível superior para atendimento dos empreendimentos públicos e privados [...]” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 31-33).


Este programa (PQTC) por sua vez, realizava projetos de cooperação e colaboração institucional não universitárias, tendo sido mencionados os realizados com:

i) a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, para estudo do “*significado psicológico do candomblé*”, realizado pelo antropologista italiano Carlo Castaldi;

ii) o Instituto de Economia e Finanças da Bahia para o “*fichamento da bibliografia especializada em questões econômicas*”;

iii) o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), para realização de um programa de atividades culturais compreendendo manutenção de cursos regulares de extensão, promoção de cursos especiais em forma de Seminários, realizados com o fim de

“aproveitar as oportunidades decorrentes da presença, no País, de professores estrangeiros qualificados para ministrar aulas ou conferências sobre assuntos relacionados a ciências econômico-sociais, ou com o fim de esclarecer, mediante estudos de caráter



monográfico, determinados problemas ou questões igualmente relacionadas com aquelas matérias” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 28).

Além de editar uma revista

“[...] com informações objetivas e precisas sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, interpretados à luz de suas causas e em função dos interesses brasileiros, e estudos sobre os problemas de nossa época e do Brasil, ou de questões de economia, sociologia e ciência política” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 28);

iv) realização de um estudo sobre a situação da Filosofia no Brasil, pelo Prof. Roland Corbizier;

v) realização de estudo sobre “*o estado atual das ciências sociais no Brasil*”, pelos professores Costa Pinto e Edison Carneiro;

vi) colaboração com a Escola Nacional de Engenharia, para realização de cursos de aperfeiçoamento para Engenheiros Rodoviários, atendendo às necessidades dos Departamentos de Estradas de Rodagem, “*organizações oficiais que dispõem de vultosos recursos e que cada vez mais estão a desenvolver seus planos de extensão da rede rodoviária do País*”;

vii) a Comissão Nacional de Assistência Técnica, para realizar estudos “*sobre problemas econômicos e educacionais em países da Europa e América*”, a ser realizado pelo Dr. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior e compreendendo

“[...] estudo dos problemas de assistência técnica aos países subdesenvolvidos ou destruídos pela guerra, especialmente em relação à mão de obra e



ao melhor aproveitamento dos recursos humanos e sua preparação e treinamento para a indústria e a agricultura; estudo da organização escolar e sua integração com a vida social; estudo das instituições que visam aumentar o rendimento do trabalho e a eficiência da mão de obra especializada” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 29);

viii) a Escola de Engenharia da Bahia para curso de “Geologia, Exploração e Produção do Petróleo”, em nível de aperfeiçoamento “*pós-graduatório*”;

ix) a Fundação Casa da Cultura Francesa para aperfeiçoar os professores dessa área na Universidade da Bahia;

x) a Escola de Engenharia Nacional, para aperfeiçoar Engenheiros Ferroviários, face “às iniciativas governamentais relativas ao cumprimento do plano de reequipamento, recuperação e extensão da rede ferroviária nacional”;

xi) a Escola Nacional de Engenharia para um curso sobre Estrutura de Concreto Armado;

xii) a Fundação Gonçalo Muniz, para aperfeiçoar médicos de seus quadros na USP e na Fundação Oswaldo Cruz;

xiii) a Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, e outras entidades, para promoção de um seminário envolvendo todas as escolas de engenharia do país, sobre engenharia sanitária;

xiv) a Escola de Serviço Social do Paraná, para um curso intensivo de Organização de Comunidades;

xv) o Departamento Estadual de Educação do Estado de Alagoas, para auxiliar a “*manutenção da Dra. Harriet Augusta Debnam, contratada pelo Estado para colaborar na reorganização*



da Sociedade de Cultura Inglesa e participar de cursos no Instituto de Educação local”;

xvi) a Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais para contratar o professor Mário Salvadori, da Universidade de Colúmbia, para ministrar curso intensivo sobre Matemática aplicada à Engenharia;

xvii) o Banco do Nordeste “*para realizar um plano de seleção e treinamento de economistas*” destinados a atender às necessidades dos programas desenvolvidos no Nordeste do Brasil, com a colaboração do Dr. Stephan H. Robock, economista da TVA (*Tennessee Valley Authority*), “*um curso intensivo e um treinamento de caráter eminentemente prático, em atividades de agricultura, transportes, energia elétrica, irrigação, de acordo com os problemas chaves da região*”;

xviii) a Faculdade Fluminense de Medicina, para cursos de extensão universitária sobre Temas Odontológicos de interesse médico, Eletrocardiografia, Endocrinologia, Hematologia, Radiologia e Anestesiologia (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 25-35).

Neste programa (PQTC) também eram realizados atendimentos individuais. Assim, são concedidos auxílios tais como:

“ao engenheiro Roberto Burle Marx, para realizar conferências e dirigir seminários sobre os assuntos de sua especialidade nas Universidades de Harvard e North Caroline:

ao técnico argentino Mário Zápata para “emprender estudos sobre problemas das secas”, assistido por técnicos brasileiros;



ao Dr. João Batista Ricci, do Instituto Eletrotécnico de Itajubá, para “estágios de estudos e observações nas obras hidrelétricas atualmente providas pelo governo da França”, junto à Eletricité de France;

ao Dr. Elsimar Metzker Coutinho, regente de Química Orgânica e Biológica da Escola Baiana de Medicina, para aperfeiçoar-se em Bioquímica.” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 25-35).





Serviço de Bolsas de Estudo

Quanto ao Serviço de Bolsas de Estudo, as atividades foram se desenvolvendo progressivamente, conforme os termos do informe à SBPC. A Capes começava a se tornar uma agência com competência numa atividade muito específica e muito relevante, fortalecendo seu papel catalítico nessa esfera. Nos termos do referido documento:


“A experiência adquirida na execução do trabalho, o maior conhecimento do problema a ser atacado e o crescimento do número de casos submetidos a estudo, possibilitaram a adoção de melhores critérios para recrutamento e seleção dos bolsistas e, ainda, o estabelecimento das rotinas necessárias à administração de um serviço de bolsas de estudo” (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 35).

O Serviço de Bolsas, além das suas atividades próprias de recrutamento e seleção de bolsistas da própria Capes, realizava

um trabalho de coleta de informações sobre bolsas concedidas por outras entidades, tendo criado um boletim para divulgá-las.

Uma relação de cerca de 40 entidades é apresentada no informe da Capes, compreendendo embaixadas estrangeiras, institutos culturais diversos, órgãos públicos, universidades e centros de pesquisa, comissões, associações científicas e profissionais, entidades do setor privado como Senac e Senai. Em alguns desses casos a Capes passou a ser a agência responsável pelos processos de recrutamento e seleção dos candidatos ou de administração das bolsas no exterior.

O primeiro caso ocorreu com a *Colorado School of Mines* e o segundo com a Unesco. Neste último caso previa-se a colocação dos bolsistas da Capes no exterior e a supervisão de seus estudos e trabalhos através das suas agências, presentes nos diversos países, atendendo a uma dificuldade que a Capes sentia naquele momento. Já no ano de 1952 foram concedidas três bolsas, uma para formação no país na área de Música e duas para aperfeiçoamento no exterior, sendo uma na área de Agronomia e outra em Antropologia. No ano de 1953 foram concedidas 79 bolsas, sendo duas de formação no país (Antropologia e Engenharia), 23 de aperfeiçoamento no País (Antropologia: 1; Engenharia: 17; Medicina: 5), e 54 de aperfeiçoamento no exterior, em quinze áreas ou especialidades (Antropologia: 2; Belas Artes: 9; Cinema/Rádio/Televisão: 2; Economia: 1; Educação: 3; Engenharia: 8; Geografia: 1; Letras e Literatura: 6; Matemática: 1; Medicina e Saúde Pública: 9;



Odontologia: 1; Psicanálise: 4; Psiquiatria: 1; Química: 2; Sociologia: 4). Já no ano de 1954 as bolsas e auxílios concedidos foram em número de 155, sendo 32 de formação no país, 51 de aperfeiçoamento também no País, com amplo destaque para a área de Engenharia, e 72 bolsas para o exterior, segundo um leque de áreas cada vez mais ampliado (incluindo Administração, Assistência Social, Botânica, Filosofia, Física, Genética, Geologia, Geomorfologia, Veterinária), mas com maior destaque para Belas Artes (8), Economia (5), Engenharia (10), Medicina e Saúde Pública (21) (BRASIL. Relatório Capes 1954, 1955, p. 37).






Serviço de Estatística e Documentação



Quanto ao Serviço de Estatística e Documentação, começava a funcionar organizando-se em três linhas de trabalho: uma, para os levantamentos e inquéritos estatísticos; outra, para a documentação e divulgação; e a terceira para “cartografia”. Realizava o levantamento geral da situação do ensino superior “civil” no país (com destaque para ensino de Medicina, de Farmácia, de Odontologia, de Enfermagem, de Engenharia, de Direito, de Filosofia, Ciências e Letras, de Ciências Econômicas, de Contábeis e Atuariais, de Agronomia e Veterinária); organizava o arquivo geral de documentação e a biblioteca especializada; revia e atualizava um fichário com o cadastro de universidades, escolas, cursos, cadeiras e professores; levantamento e atualização das despesas públicas com educação; levantamento do movimento de exames vestibulares; organização e manutenção do calendário de Congressos, Conferências e reuniões para debate do ensino superior



no país. A este serviço cabia, também, publicar o catálogo dos estabelecimentos de ensino superior existentes no país e elaborar uma “Sinopse Estatística do Ensino Superior”. Convém lembrar que o setor de estatística e documentação tinha como razão de ser o apoio aos programas principais, com destaque para o PQCT. Além disso, era responsável pela publicação do Boletim Informativo da Capes.

Começava, então, a se definir o perfil da Capes, que, iniciado com quadros técnicos e científicos foi incorporando, no discurso do Secretário Geral e na prática de operação do órgão, a dimensão das Artes, configurando-se, de fato, como quadros técnicos, científicos e artísticos.



Os Recursos Financeiros



O decreto de criação (nº 29.741, de 11 de julho de 1951), no artigo 4º, dispunha sobre a existência de um fundo especial para custeio das atividades da Campanha, a ser constituído por:

- a) contribuições de entidades públicas e privadas;
- b) donativos, contribuições e legados de particulares;
- c) contribuições que forem previstas nos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e de entidades paraestatais e sociedades de economia mista;
- d) renda eventual do patrimônio da Campanha;
- e) renda eventual de serviços da Campanha.

Dispunha, também, no artigo 5º, que as contribuições das entidades públicas ou privadas deveriam ser utilizadas, no mínimo de 50% de seu valor, em programas de interesse direto para os ramos de atividades das instituições contribuintes. Além disso, deveriam ser considerados como integrantes do plano nacional os

programas de aperfeiçoamento mantidos pelos governos locais e entidades privadas que atendessem aos objetivos da Campanha. Tais programas, dispunha o parágrafo a seguir, poderiam ser auxiliados pela Campanha, “na forma em que ficar determinado e segundo os critérios estabelecidos pela Comissão”.

Ao Banco do Brasil, nos termos do artigo 10º, cumpriria “facilitar cambiais para as bolsas concedidas, e, na medida das possibilidades, a transferência dos salários e vencimentos dos beneficiários do programa de aperfeiçoamento”.

O relatório da Capes referente ao ano de 1963, apresenta um quadro com a variação das despesas da campanha no período compreendido entre 1952 e 1962, permitindo uma visão do volume de recursos financeiros que foi utilizado neste período, discriminando entre despesas com os projetos e despesas com administração (Tabela 1).

Tabela 1 - Gastos da Capes no período de 1952-1963 - (Cr\$)

ANO	PROJETOS (A)	ADMINISTRAÇÃO (B)	TOTAL (C)
1952	306.739,00	446.678,00	753.417,80
1953	4.858.672,20	2.532.460,10	7.391.132,30
1954	15.378.987,60	3.010.096,00	18.389.083,60
1955	19.587.348,70	3.514.886,40	23.102.235,10
1956	23.546.736,20	4.194.090,40	27.740.826,60
1957	32.653.395,80	5.673.957,80	38.327.353,60
1958	42.784.875,90	7.106.446,50	49.891.322,40




1959	61.030.584,50	8.606.854,40	69.637.438,90
1960	79.115.829,40	10.602.348,80	89.718.178,20
1961	80.553.279,40	8.368.347,10	88.921.626,50
1962	94.286.881,10	10.242.298,40	104.529.179,50
1963	97.013.052,50	13.668.859,70	110.681.912,20
TOTAL	551.116.382,30	77.967.324,40	629.083.706,70

Nota: Os valores estão em cruzeiros (Cr\$). Não foram corrigidos para reais (R\$).
Fonte: Brasil. Relatório Capes 1963, 1964.

O quadro demonstrativo das despesas efetuadas, indica um percentual decrescente com os gastos referentes à administração, que são 45% superiores aos gastos com projetos no primeiro ano, ano de sua implantação, caem para 0,52% no segundo ano e, depois, caem para a faixa de 20% sistematicamente, ano a ano.

Considerando o total de gastos, as despesas administrativas caem do patamar de 59,35% em 1952, ano da estruturação do *staff* da Capes, para 9,8% em 1962. Os recursos mencionados, a partir de 1956, e até 1962, incluem recursos não apenas do Tesouro Nacional mas também da Fundação *Rockefeller*, que começam com Cr\$ 1.337.730,70 em 1956, Cr\$ 3.186.808,30 em 1957, Cr\$ 3.015.995,90 em 1958, Cr\$ 5.656.002,30 em 1959, alcançam Cr\$ 5.991.547,30 em 1960, Cr\$ 4.562.256,40 em 1961, caindo para apenas Cr\$ 214.388,40 em 1962, totalizando Cr\$ 23.961.729,40. Por outro lado, os valores correspondentes aos projetos de bolsas de estudo corresponderam a 81% do montante gasto com o total de projetos. A distribuição efetiva dos recursos anuncia os rumos da Capes e indicam quem é o que dentro de sua estrutura.



Quanto ao efetivo de pessoal, o informe (Relatório Capes/1963) registra a permanência da mesma “trintena”, mantida a mesma distribuição pelos setores. Como o percentual dos gastos administrativos caem de cerca de 12% para cerca de 9%, tem-se o retrato de um quadro de perdas salariais acentuadas, agravadas pelo contexto de uma inflação crescente, apesar dos aumentos de dotação a que os relatórios fazem referência.





Um Balanço das Ações no Período



O documento intitulado *CAPES: legislação, objetivos, programas, organização, funções dos setores de trabalho, síntese das principais realizações, anexos* referente ao ano de 1963, faz um apanhado das realizações da campanha até aquela data. Quanto às finalidades da campanha, reitera:

“[...] contribuir, mediante ação direta e indireta e fornecimento de informação apropriada, para a adequada expansão dos quadros brasileiros de pessoal de nível superior [...]” (Brasil. Capes, 1964, p.1).

Essa finalidade se traduzia nos seguintes objetivos:

- i) promover estudo e levantamento de necessidades em matéria de pessoal;



- ii) mobilizar, em cooperação com as instituições competentes, os recursos existentes no país para treinamento de pessoal;
- iii) promover o adequado aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento existentes no país e no exterior;
- iv) incentivar e auxiliar os programas congêneres levados a efeito por outras entidades, públicas ou privadas;
- v) para tanto, promover entendimentos com os dirigentes dessas instituições;
- vi) manter um Serviço de Bolsas de Estudo para proporcionar oportunidades de aperfeiçoamento;
- vii) promover, direta ou indiretamente, a criação, a expansão e a melhoria de centros nacionais de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados;
- viii) promover outras formas de realizar programas de aperfeiçoamento, quando não suficientes as modalidades anteriormente mencionadas.

Parece, adequado face a isso, concluir que nos primeiros doze anos não houve mudanças substanciais nas finalidades e objetivos da Capes, mas atualização e desdobramento dos objetivos iniciais, mantendo-se a perspectiva de sua finalidade originária: o desenvolvimento econômico e social do País. Nos termos do documento mencionado, e coerentemente com os objetivos propostos, os programas da Capes continuavam tendo como escopo:



- i) o estímulo às condições de ensino e pesquisa dos centros universitários brasileiros, tendo em vista a formação dos quadros profissionais de nível superior;
- ii) aperfeiçoar o pessoal já disponível;
- iii) realizar levantamentos, estudos e pesquisas sobre problemas atinentes a seu campo de ação.

O Programa Universitário (PgU) se consolida e assume a condição de principal linha de ação da Capes. Sua configuração vai aos poucos se enriquecendo. De início, apoio ao desenvolvimento do ensino superior, vai apoiando os centros, os núcleos e as unidades, valendo-se de contratação de professores visitantes estrangeiros e, cada vez mais, do estímulo a atividades de intercâmbio e cooperação interinstitucional no País, tendo a concessão de bolsas de estudo para aperfeiçoamento e formação no País e no exterior como seu grande recurso de fomento e apoio.

Os recursos do PgU e do Serviço de Bolsas, em montantes bastante próximos, vão constituir, a base da ação da Capes. Algumas modificações, porém, começam a emergir. Aos poucos, além do apoio a centros de aperfeiçoamento pós-graduado, aparecem também atividades de apoio a cursos pós-graduados e, no relatório de 1962, mencionam-se atividades de *“cooperação para o desenvolvimento e manutenção de centros nacionais de aperfeiçoamento pós-graduado”*.


Além disso, destacam-se os auxílios a programas de intercâmbio universitário, atividades de apoio a eventos de natureza científica e acadêmica, sugerindo a emergência de uma outra forma de ação institucional: de apoio às universidades, por um lado, e aos



diferentes campos de conhecimento de outro. Na verdade, vão se constituindo e se fortalecendo os grupos de professores, cientistas, pesquisadores, dando uma amplitude maior e mais diferenciada ao mesmo movimento que, em 1916, criou a Academia Brasileira de Ciência (ABC), em 1924 a Associação Brasileira de Educação (ABE), e em 1948 a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Emergem, assim, as universidades e os cientistas, não apenas como agentes, mas também como novos atores institucionais e coletivos na esfera das políticas de educação superior, ciência e tecnologia. A Capes dialoga com eles e apoia pelo menos algumas de suas iniciativas.

Aos poucos vai se configurando uma outra divisão de tarefas dentro da Capes, com os programas se especializando segundo diferentes áreas de conhecimento. O Programa Universitário (PgU), passa a se dedicar particularmente às Ciências Biológicas, à Medicina e afins; às Ciências Sociais, às Ciências Físicas, às Matemáticas e às Humanidades.

O Programa dos Quadros Técnicos e Científicos (PQTC), por sua vez, além das atividades tradicionais centradas nos levantamentos de necessidades de pessoal e situação das diferentes áreas do conhecimento, volta-se para Engenharia, Química, Arquitetura, Economia, Administração, Agronomia e Veterinária. Desaparece, aos poucos, a dimensão ou componente artístico que assumira no seu início. O PQTC passa a operar como um desdobramento do Programa Universitário, pela natureza das atividades que apoia, isto é, o apoio a centros de aperfeiçoamento, a contratação de professores visitantes estrangeiros e nacionais e a concessão de bolsas e auxílios.



Não obstante, continua uma linha de ação operando rente às definições de prioridades da política desenvolvimentista, apoiando o setor siderúrgico, por exemplo, em 1957/58, articulando-se com o Grupo Executivo da Indústria Automobilística para apoiar o programa de formação dos quadros, notadamente de engenheiros, necessários para o setor que se ampliava. Nesse mesmo período o programa financia os cursos de aperfeiçoamento em Economia e Administração, inclusive apoiando a tradução de bibliografia selecionada de interesse das áreas do conhecimento a seu encargo.

O Serviço de Bolsas de Estudo (SBE) vai se firmando como a unidade de maior responsabilidade na Capes; as bolsas são o grande instrumento da campanha, e o desempenho do setor passa a ser de importância decisiva. Aos poucos, a Capes vai-se afirmando como “a” agência concessionária de bolsas de estudo, deixando quase que em segundo plano sua postura inicial de agência de fomento institucional e de apoio ao desenvolvimento do ensino superior e, pois, das universidades, escolas e institutos que o ministravam. E o SBE se estrutura com o maior profissionalismo, tornando-se não apenas o gerenciador das bolsas da Capes, mas, igualmente, unidade de apoio a outras entidades, cujos programas de bolsas eram divulgados pela Capes que, além disso, realizava o recrutamento e a seleção dos bolsistas respectivos. No processo de seleção merece registro a definição dos critérios de qualificação. Aos poucos o sistema foi-se explicitando e formalizando e os critérios definidos em função de cinco dimensões distintas e complementares:

1) Personalidade do candidato: esta era avaliada por intermédio de “*cartas de recomendação de autoridades idôneas no*



campo de interesse do candidato, devidamente conferidas, quando indicado, através de consulta da Capes aos signatários daqueles documentos; e ausculta da opinião sobre as qualidades do candidato no respectivo meio profissional”; e por meio de “entrevista do candidato, com vistas à constituição de um julgamento quanto à sua personalidade, sua formação, seu preparo e sua atitude profissional, sua adaptação ao campo profissional escolhido, seu conhecimento sobre os problemas brasileiros ligados à sua especialidade e sua atitude em relação aos mesmos, e sua atualização no respectivo campo científico, profissional ou didático”;

2) Análise da vida profissional do candidato: buscava-se aquilatar sua preparação e tirocínio profissional, analisando seu currículo escolar superior, os cursos e estágios profissionais realizados, os cargos e empregos ocupados, “*com especial crédito quanto ao âmbito de influência do candidato no desempenho de suas funções*” (atividades didáticas, cargos de direção em empresas privadas ou no serviço público), bem como a existência de trabalhos realizados ou publicados, individualmente ou em colaboração; a participação efetiva em trabalhos de elaboração coletiva (como atividades de planejamento, entre outras);

3) Análise do plano de estudos: existência de um plano de estudos devidamente formulado e enquadrado nos campos de estudo e nas especialidades previstas no planejamento da Capes; a prioridade dos estudos propostos; a adaptação do plano à ocupação do candidato e ao seu nível de preparo; a programação dos estudos, entendida como a existência de iniciativas de entendimento estabelecidas pelos candidatos com professores ou instituições




estrangeiras para elaboração de próprio plano de estudos; análise do plano de estudo ou aperfeiçoamento, considerando as possibilidades de os mesmos serem, ou não, realizados no Brasil.

4) Perspectivas de aplicação do conhecimento após o retorno: considerava-se a garantia de imediata e efetiva aplicação dos conhecimentos em função da natureza da atividade do bolsista e da posição do mesmo no serviço público, na empresa privada ou no ensino, bem como a relação entre as perspectivas de proveito pessoal e de interesse público, decorrentes do aperfeiçoamento visado pelo candidato.

5) Domínio do idioma do País onde o candidato pretendia estudar: certificado de suficiência fornecido por instituição credenciada, tais como Cultura Inglesa, Aliança Francesa, Instituto Goethe e outras.

O processo de seleção, por sua vez, se realizava quatro vezes ao ano, formando-se quatro “*grupos anuais de concessão*”, deixando de funcionar apenas no ano de 1963 quando, premido por restrições orçamentárias, decidiu-se apenas apoiar as bolsas em andamento. A seleção, segundo os documentos, era realizada pelo *staff* da CAPES, que recorria a especialistas nos diferentes campos do conhecimento para apreciação do mérito das candidaturas, e a concessão pela Comissão, posteriormente pelo Conselho Deliberativo. A Capes tornara-se uma “*central de bolsas*” na expressão do Dr. Almir de Castro, reconhecida pelas demais instituições, inclusive internacionais e estrangeiras (Embaixadas e a Comissão *Fullbright*, a Fundação *Rockfeller*, o Conselho Britânico, entre outras). A



administração do SBE, vai se tornando cada vez mais complexa e absorvente. Um dos relatórios menciona que, no ano de 1963,

“[...] as candidaturas a bolsas, os esclarecimentos relativos a oportunidades de aperfeiçoamento, os pedidos de informações sobre candidatos e os entendimentos com outras organizações requereram a expedição de 3.935 cartas individuais, 87 telegramas e 48 cartas circulares a cerca de 550 entidades. As concessões de bolsas durante o ano determinaram a elaboração de 148 projetos de trabalho. Foram, ainda, atendidas no SBE, para prestação de informes relativos aos programas de bolsas, 1.117 pessoas” (BRASIL. Relatório Capes 1963, 1964).

O Serviço de Estatística e Documentação, durante todo o período, mantém-se como executor dos projetos relativos aos estudos, aos levantamentos, às pesquisas, às análises e às respectivas publicações, algumas das quais sendo atualizadas anualmente. Seu peso orçamentário vai diminuindo com o passar dos anos, mas, de um ponto de vista institucional, continua sendo um grande veículo de informações para a Capes, cumprindo importante função estratégica de processar as informações de interesse da organização e elaborar e divulgar os informes e publicações para a sociedade a quem a organização serve.

A publicação do Boletim Informativo da Capes (InfoCapes) simultaneamente oferece à instituição um resumo ou balanço de suas atividades, para sua avaliação interna, e à sociedade uma espécie de prestação de contas. As publicações eram, inclusive, divulgadas junto às missões diplomáticas no exterior, com o auxílio da Divisão Cultural do Itamaraty.



Com o tempo o Boletim se ampliou, passando a conter: fórum de opiniões, estudos e atividades da Capes; noticiário; mundo universitário; aspectos internacionais da educação, além da divulgação de suas publicações e atos oficiais pertinentes ao ensino superior e as suas ações. Além disso, trazia um artigo de fundo, de autoria qualificada, abordando problemas da educação.

A série *Estudos e Ensaios* produziu interessantes análises do quadro brasileiro referentes ao aperfeiçoamento de pessoal na esfera da ciência e da tecnologia. Este setor ampliava também as fontes de informação sobre a realidade nacional, sobretudo sobre o que acontecia no interior das universidades, e as informações sobre o exterior: *Science, National Education Association Journal, Higher Education, Educational Forum, Time, Avenirs, Annales de l'Université de Paris, Scientific American*, entre outras, compunham o acervo da biblioteca especializada da Capes, fonte de consulta para outros setores, inclusive externos.

O informe de 1963 dá conta de terem sido publicados, de seu início até então, 121 números do Boletim da Capes e 17 números do Boletim do Serviço de Bolsas de Estudos da Capes; de terem vindo a público as edições de 1954, 1955, 1956, 1958 e 1960 dos indicadores dos estabelecimentos de ensino superior e o indicador das instituições de pesquisa científica e tecnológica referente ao ano de 1957. Além disso, a série *Estudos e Ensaios* contava com sete trabalhos publicados, a série *Levantamentos e Análises* contava com



23 e a série *Informação* com sete outros trabalhos. A Tabela 2 a seguir sintetiza as atividades da Capes na sua primeira fase.

Tabela 2 - Demonstrativo dos projetos executados pela Capes no período de 1951-1963

PROGRAMA	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
PgU		28	32	43	33	65	100	176	227	228	209	138
PQTC							33	41	58	30	21	15
SBE	3	69	80	154	96	187	196	349	411	381	369	301
SED							8	9	12	8	7	7
TOTAL	6	78	183	159	218	277	478	575	708	657	606	454

Nota: Os dados aparecem completos quando referidos ao período 1958-1963. Para os anos iniciais desta série histórica os dados são parciais.

Fonte: Brasil. Capes. Boletim Informativo (1952-1963).

Faça-se um duplo registro. Primeiramente, a concepção de administração por projetos, em cada ação, em cada programa ou serviço, sendo assim considerada. Em segundo lugar, registre-se o crescimento do número de projetos do início até 1960, começando a perceber um decréscimo de 1961 a 1963. As estatísticas da Capes, por sua vez, fazem a discriminação entre projetos em continuação, projetos iniciados no ano e projetos concluídos, indicando o cuidado no acompanhamento e a preocupação com a eficiência no uso dos recursos empregados. A Tabela 3 ilustra esta sistemática.



Tabela 3 - Demonstrativo do fluxo de projetos na CAPES no período 1958-1963

PROJETOS	1958	1959	1960	1961	1962	1963
CONTINUAÇÃO	141	197	253	239	208	198
INICIADOS	337	376	455	418	398	267
CONCLUÍDOS	281	322	469	449	408	342
SALDO	197	253	239	208	198	123
TOTAL	478	575	708	657	606	455

Fonte: Brasil. Capes. Boletim Informativo (1958-1963).

O destaque, na Tabela 3, é a redução do número de projetos iniciados em 1963, evidenciando a solidariedade da instituição Capes com a crise mais ampla do governo e da administração federal, tendo a Capes “*pela primeira vez, em dez anos, cancelado o seu plano anual de bolsas no estrangeiro por absoluta falta de recursos para financiá-los*” (BRASIL. Relatório Capes 1963, 1964).

A Tabela 4 apresenta um demonstrativo do número de bolsas novas concedidas pela Capes no período 1958 a 1962.

Tabela 4 - Número de bolsas novas concedidas pela Capes no período 1953-1962

ANOS	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	Total
BOLSAS	54	194	184	273	358	363	403	485	454	441	3.209

Nota: O total apresentado na Tabela 4 inclui 201 bolsas do Plano Capes-Fundação Rockefeller, que passou a vigorar a partir de 1956.

Fonte: Brasil. Capes. Boletim Informativo (1953-1962).



Desde o início a ação da Capes se caracteriza pela preocupação em atender as diferentes áreas do conhecimento, então referidas como campos de estudo (Tabela 5).

Tabela 5 - Distribuição das bolsas novas concedidas pela Capes no período de 1953-1962, segundo as modalidades de concessão e os campos de estudo

Campos de Estudo	Estudos no País (Tipo A)		Estudos no Exterior (Tipos B/C)		Total
	Iniciação	Aperfeiçoamento	Aperfeiçoamento	Auxílio	
Agronomia e Veterinária	20	47	12	86	165
Artes	1	1	17	25	44
Biologia, Medicina e afins	384	678	37	255	1.354
Ciências Físicas e Matemáticas	19	136	60	79	294
Ciências Sociais	185	51	55	189	480
Engenharia, Arquitetura e Urbanismo	69	61	110	368	608
Humanidades	10	100	28	126	264
Sub-total	688	1.074	319	1.128	3.209
Total	1.762		1.447		3.209


Fonte: Brasil. Capes. Boletim Informativo, 1963.

As bolsas tipo A eram bolsas concedidas para estudos no País, ora para a formação de recém-graduados (iniciação), ora para aperfeiçoamento de profissionais mais experientes. Para este tipo de profissionais se destinavam as bolsas do tipo B, para estudo do estrangeiro, bem como eram concedidos os “auxílios”, destinados

a cobrir despesas menores com passagens ou de outra natureza, usualmente de curta duração, incluindo-se aí complementação de bolsas concedidas por outras entidades.

As bolsas da Fundação *Rockefeller*, já mencionadas em número de 201 foram concedidas na área da Biologia, da Medicina e áreas afins (compreendendo Odontologia, Farmácia e Enfermagem). Vale aqui um duplo registro. Primeiramente, o fato de que as bolsas da Capes buscavam contemplar todos os “campos de estudo”, incluindo Artes, Humanidades e Ciências Sociais (estas incluindo Economia, Administração, Direito e Educação). Em segundo lugar, cabe mencionar a vantagem relativa da área de Biologia e de Medicina quanto às bolsas no País, a das Engenharias quanto às bolsas e auxílios no exterior, bem como a distribuição equilibrada entre bolsas no País e bolsas e auxílios no exterior para as Ciências Sociais. Dentre as 1.074 bolsas de aperfeiçoamento no País, 714 foram concedidas a docentes universitários, categoria que foi contemplada com 166 das 319 bolsas de aperfeiçoamento e com 475 dos 1.128 auxílios concedidos como bolsas no estrangeiro, representando mais da metade das bolsas de aperfeiçoamento nas modalidades A e B.

Registre-se, igualmente, que, no período, foram contemplados candidatos procedentes de todas as unidades da Federação, sendo os com maiores números de bolsas, os estados do Rio de Janeiro (então Guanabara) com 821 bolsas e auxílios, de São Paulo com 733, de Minas Gerais com 329, de Pernambuco com 272, do Rio Grande do Sul com 264, da Bahia com 245 e do Paraná com 137, indicando o esforço por fortalecer as sete universidades básicas



escolhidas pelo programa da Capes. As UFs que receberam menor quantidade de bolsas neste período foram Amazonas, com apenas uma bolsa, o Distrito Federal (Brasília), recém inaugurado em sua universidade, com três, o Piauí com cinco, o Mato Grosso com nove e Sergipe com dez.

Os gastos com os projetos de bolsas, no período considerado, representaram, por sua vez, 71% das despesas realizadas pela Capes. E este nem remete ao financiamento das atividades da Capes.






Primeiras Considerações



O período compreendido entre 1951 e 1963 apresenta a criação e a afirmação de uma bem articulada “*campanha*”, dentre outras que se criaram no Brasil, para dar conta do problema da qualidade do ensino superior, notadamente por intermédio do aperfeiçoamento de seus quadros docentes. O termo “*campanha*” remete a uma concepção de algo passageiro, cujos resultados deveriam ser marcantes e rápidos para que ela viesse a ser desativada. Assim, de fato, aconteceu (e ainda acontece) com muitas delas. Esta veio, ficou e foi se consolidando no seu primeiro decênio.

Do ponto de vista social-histórico, para usar as categorias de Eugène Enriquez (1992), assistimos à afirmação de uma categoria fundamental: Pós-Graduação. Tratava-se de fazer vingar nas universidades uma outra mentalidade, na qual a pesquisa



estivesse presente, comprometendo esta instituição com a criação de ciência e de tecnologia. Ciência, tecnologia e pesquisa por certo eram categorias já presentes entre nós. Da mesma forma que a categoria Universidade. Certamente “*estudos pós-graduados*” é um elemento novo. E com ela há a criação de “*centros*”, de “*núcleos*” e de “*unidades*” de estudos pós-graduados.

Do ponto de vista institucional, a Campanha Capes representou um momento do planejamento do novo País, realizado sob inspiração e a liderança de Anísio Teixeira, ciente da importância de sua ação para modernizar o sistema universitário em constituição, e ao mesmo tempo cuidadosa de não ferir os espaços de autonomia das universidades. Criar espaços legítimos, colaborar com o fortalecimento das instituições universitárias sem se constituir em mais um elemento de imposição sobre elas é uma preocupação patente nos primeiros documentos. Essa ação se faz articulando a capacidade instalada, ou em instalação internamente, e a capacidade já existente, seja em nossos maiores e melhores centros e os centros existentes no exterior.

A campanha traz um sopro de cooperação universitária interna e externa, trazendo consigo a marca da contemporaneidade científica e cosmopolita. Ao mesmo tempo outras características são marcantes: uma visão do Brasil na sua inteireza geográfica, todas as regiões sendo contempladas cuidadosamente, bem como todas as áreas ou todos os campos do conhecimento. A campanha prestigiava as ciências básicas, as ciências aplicadas, as tecnologias, as humanidades, a filosofia e as artes.



Do ponto de vista de sua inserção dentro do Ministério da Educação, a campanha se caracteriza por uma notória autonomia de voo, a ponto de, nos anos de 1960, encontrar abrigo na Casa Militar da Presidência da República. A campanha era de Anísio, e acompanhava, de certa forma, as peripécias do seu Secretário Geral. Segundo depoimento do Dr. Almir de Castro o refúgio na Casa Militar se deveu à preocupação de preservar Anísio e a Capes, quando ele era acusado de “*comunismo*”, opor sua defesa da escola pública ao longo da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Acoimava-se de “*comunista*”, pejorativamente, um intelectual que era sobretudo, ressalta o mesmo Dr. Almir de Castro, um “*americanófilo*” que, depois, encontrará abrigo exatamente nos Estados Unidos, quando cerceado no Brasil.

Do ponto de vista organizacional a campanha se estruturou de uma maneira extremamente simples. Quanto ao quadro de pessoal, apenas “*uma trintena*”, dizem os relatórios. Quanto aos gastos administrativos, parcimoniosos, relativamente aos gastos com os projetos, permanecendo em torno de 10%. (Vale lembrar que a Fapesp, criada nos anos de 1950, terá um limite semelhante como norma institucional. Seria o espírito da época?).

A estrutura simples e enxuta trabalhava com a gestão por “*projetos*”, acompanhando, aqui sim, o espírito da época. A direção tinha duas vertentes. De um lado, Anísio Teixeira e sua capacidade de conceitualização e de concepção. A Capes era um ponto de encontro, retorna o Dr. Almir de Castro (1986), no qual a



intelectualidade circulava à vontade, sempre em torno de Anísio. Muitos projetos ligados à educação brasileira nasceram lá.

Assim foi o Conselho Federal de Educação (CFE), como assim foi a Universidade de Brasília (UnB). A Capes era um fórum permanente de reflexão sobre as políticas educacionais. E isso se reflete nos programas. Sugestivamente, o mais importante: o Programa Universitário, apoiado por um “*serviço*” de bolsas no País e no exterior. A finalidade era fortalecer as universidades. As bolsas eram um meio de fazê-lo. Ao lado deste, o Programa dos Quadros Técnicos e Científicos, destinado a apoiar a formação de quadros para o serviço público. Este praticamente não vingou. A ideia de pensar a educação superior, o desenvolvimento científico e tecnológico para o Brasil, para o País como um todo, levou à realização, com apoio do IBGE, de estudos sobre nossa realidade. Trata-se de um trabalho pioneiro da Capes no Brasil, testemunho da visão que animava os seus dirigentes. As estatísticas cobriam todo o universo da educação, até que o serviço de estatística do MEC comece a operar autonomamente.

De outro lado, a administração acontecia sob a direção de Dr. Almir de Castro. Este foi, segundo diferentes depoimentos, o grande gestor da Capes, o grande executivo. É importante o registro: reconstituir a história da Capes é reconhecer o papel de duas grandes personalidades: Anísio e Almir. Suas atuações foram absolutamente complementares. E junto aos mais antigos servidores ficou a imagem de um administrador exigente, severo, metuculoso e dedicado.



É assim que a Capes será encontrada pela nova direção, quando da mudança dos ventos da história.⁹ O prestígio institucional da Capes e o prestígio intelectual, político e administrativo dos seus dirigentes, não eram o bastante para poupar o órgão das dificuldades políticas, econômicas e administrativas que se abatiam sobre o país como um todo. A Capes, entidade sempre situada e datada, não pôde fugir às dificuldades que se avizinhavam. A fantasia que se organizara nos anos de 1950, de acordo com a expressão de Celso Furtado (1985), se desfazia, novos tempos chegavam com os ventos que sucediam à brisa do início dos anos de 1950, na expressão de Almir de Castro. Em setembro de 1963 Anísio Teixeira fora eleito Presidente-substituto do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília e Reitor da mesma Universidade, sucedendo a Darcy Ribeiro, nomeado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. A partir de então Almir de Castro assumiu a Direção da Capes, e em janeiro do ano seguinte foi indicado também o Vice-Reitor da UnB, ele que de longos anos vinha sendo o braço executivo de Anísio Teixeira. Assim, a Capes passara a viver um contexto de mudança, embora continuasse funcionando na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Marechal Câmara nº 210, agora ocupando o 8º e 9º andares.

Em artigo rememorando as atividades iniciais da Capes, Almir de Castro, que foi o grande executivo do projeto, faz alguns registros, que, em parte discordantes da leitura original do texto (Castro, 1986), em boa medida a ratifica, e caracterizam a prática administrativa do Secretário Executivo:

⁹A partir deste ponto é reproduzido o texto de Córdova (1996) apresentando no Boletim Informativo da Capes (InfoCapes) de 1996, p. 17-19. A grafia foi atualizada. (N.O).



1) Anísio não era atraído pelo “*empreendimento sistemático, em massa*”, mas sim pelo “*cultivo em profundidade minuciosa, exigente e exacerbada do projeto isolado, individual e único*”;

2) A Capes não se propunha “*nenhum plano mirífico, quinquenal, quadrienal, nada de sistemático, padronizador, abrangente, visando o aprimoramento global da rede universitária abrangente*”;

3) “*Pretendia o projeto original, ao mesmo tempo estudar os complexos e as unidades em funcionamento e, atendendo às potencialidades e deficiências dos mesmos, estimular uma série de iniciativas, quase sempre de modesto custo, destinados à elevação do nível de desempenho do sistema*”.

Quanto aos objetivos imediatos, algumas observações do Dr. Almir são importantes:

4) A Capes visava “*a promoção de cursos pós-graduados de todo tipo, sem cogitação imediata de sua ordenação e regulamentação [que] depois viriam, inclusive com decisiva participação, como membros do Conselho Federal de Educação, de professores vinculados direta ou indiretamente à Capes*”;

5) Consoante o modo de ser e de trabalhar de Anísio “*as atividades da Capes não eram um trabalho de massa, nem na aplicação nem na metodologia, cada projeto merecendo um tratamento específico, consideradas as pessoas e entidades envolvidas, cada locus de origem e destino de um bolsista. Da mesma forma,*



cada curso ou seminário era planejado no seu conteúdo, seu nível, formato e objetivo, em função do grupo envolvido e nas perspectivas dos respectivos contextos institucionais e ambientais". Certamente é possível caracterizar, nesse depoimento, importantes traços do que, contemporaneamente, (por exemplo, Friedberg, 1992) denomina "*abordagem clínica*" das organizações, referindo-se à importância de considerar cada uma na sua singularidade, na sua dinâmica e na sua cultura próprias.

Mas vale continuar com o depoimento:

"Tal procedimento de certo modo imunizava à rotina e induzia à busca de soluções apropriadas para cada situação, o que só seria mesmo visível numa iniciativa de âmbito limitado, pois que dificilmente aplicável a projetos de grande massa crítica e caráter abrangente do universo visado" (Brasil. Relatório Capes 1952, 1953, p.9).

Para o Dr. Almir de Castro, em seu artigo evocatório, não seria cabível indagar se a Capes teria ou não cumprido seus objetivos, mesmo porque, insiste, "*não havia 'metas' a alcançar*". "*Ademais, retoma, os resultados dos programas desenvolvidos, deliberadamente, pela natureza dos propósitos do órgão e pela própria metodologia dos programas, não eram na verdade mensuráveis, pois não se avaliam quantitativamente estímulo e inspiração*". Não obstante, faz ele um esforço de análise e reconhece como frutos do "*trabalho selvagem*" desenvolvido naqueles dez anos longínquos, como resultantes do fermento inoculado na rede de ensino superior do País:



i) a implantação e regulamentação do “*vasto sistema de pós-graduação*”;

ii) o incentivo à coleta de dados sobre o sistema de ensino superior e os estudos e reflexões sistemáticos sobre o sistema universitário brasileiro;

iii) o efeito multiplicador dos “centros de excelência”, que se transformaram em consagrados núcleos de pós-graduação;

iv) a promoção, em larga escala, de planos de bolsas para estudos pós-graduados e pesquisas no exterior.

Certamente outros elementos poderiam ser acrescentados à avaliação do Diretor de Programas. De um lado, a Capes se considerava e operava como uma entidade “*experimental*”, em sua estrutura e em seu modo de atuar, na natureza dos seus projetos. De outro, era uma estrutura muito simples e pequena, com recursos modestos, cuja influência no ambiente educacional, notadamente universitário, deveria ser atribuída mais à qualidade das ideias e sua capacidade de liderança institucional do que aos recursos orçamentários. Talento, inspiração, competência, capacidade de articular, coordenar, aglutinar outros talentos são igualmente recursos escassos e estratégicos, mas indispensáveis, presentes na Capes inicial.

Além disso, a Capes foi constituída segundo uma perspectiva abrangente em termos de País (era importante uma “*visão de Brasil*”, que os estudos dariam), universalista em termos de campos do conhecimento humano, e cosmopolita em termos de perspectiva de análise. Ela acompanhava o Brasil, as diferentes áreas do saber, sintonizada com o mundo. Na avaliação do Dr.



Almir, a Capes jamais pretendeu ser uma grande realização, mas uma “*jóia*”, algo pequeno e experimental, que funcionou e fecundou o País, contribuindo para a renovação do ensino superior, inspirando a causa da pesquisa e da ciência e tecnologia, assumindo coisas importantes que precisavam ser feitas e inexplicavelmente não o eram, como os estudos, levantamentos e análises que patrocinou. Um espaço institucional aberto à “*inspiração*” e avesso às rotinas burocratizantes. Como prosseguirá esse projeto? Qual será sua capacidade de mudar, de renovar-se sem “*estagnar-se*”? Nos termos do Dr. Almir: “*O que continua, não presta; estagna*”.





FONTES

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *InfoCapes*. Boletim informativo da Capes. Brasília: Capes, vols. 1 a 4, 1993-1996.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *Relatórios 1964 a 1996*. Brasília: MEC, CAPES. 1965 a 1996. <https://memoria.capes.gov.br/>

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989)*. Brasília, DF. 1986.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985)*. Brasília, DF. 1982.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). Avaliação da Pós-graduação Brasileira: a Perspectiva da CAPES. In: *CAPES informa*. Brasília, v. 3, n. 1, maio de 1981.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *Coordination and control of higher education in the United States and Brazil*. Rio de Janeiro: MEC/DDD. 1979.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *Os graus de mestre e doutor nas instituições de ensino norte-americanas*. Rio de Janeiro: MEC/DAU/Capes. 1977.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *Projeto Nordeste de Pós-Graduação*. Rio de Janeiro. 1976a.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *Sistemas de Credenciamento dos Cursos de Pós-Graduação: Brasil/Estados Unidos*. Brasília, DF. 1976b.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *Novas Perspectivas para o Sistema de Ensino Superior: operacionalização e implantação do plano nacional de pós-graduação*. Brasília, DF. 1975.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). Capes: Balanço com Saldo. 1974a. Disponível em: [https://memoria.capes.gov.br/uploads/r/coordenacao-de-aperfeiçoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes/4/e/c/4ecd6d8a2a8cbc70ba8ea9d6bf133125af6e9b8d32a69a2fa9d6b5ec8e1d4804/Balanço com Saldo.pdf](https://memoria.capes.gov.br/uploads/r/coordenacao-de-aperfeiçoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes/4/e/c/4ecd6d8a2a8cbc70ba8ea9d6bf133125af6e9b8d32a69a2fa9d6b5ec8e1d4804/Balanço%20com%20Saldo.pdf). Acesso em 14 ago. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *I Plano Nacional de Pós-Graduação*. Rio de Janeiro. 1974b.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *Boletim Informativo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. nº 86 ao nº 181, jan./1960 a dez./1967. <https://memoria.capes.gov.br/>

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966*. Síntese. Documentos EPEA, nº 1. 2ª ed. Brasília, DF. 1965. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1073>. Acesso em: 08 ago.2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *A Formação de Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Econômico: análise dos problemas da formação e adequada expansão*



dos quadros de nível superior em face das exigências do desenvolvimento econômico. 1960. (Trabalho de análise elaborado por Américo Barbosa de Oliveira e José Zacarias Sá Carvalho).

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *Boletim de Informações sobre Bolsas de Estudo.* n.º 1, 2, 6, 9, 10, 11, 12, 13. 1953 – 1958.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): sua organização e realizações.* Trabalho apresentado à VI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Rio de Janeiro. Mimeo/Arquivo. Nov. 1954.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). *Documentos Iniciais.* Publicação n. 1. Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação. Março. 1952.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Seminário de Assuntos Universitários: dez anos de reflexão e debate.* Brasília: Departamento de documentação e divulgação. 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Conselho Federal de Educação. *A propósito da qualidade do ensino superior no Brasil.* (Anais de dois encontros). Brasília, DF. 1982.

BRASIL. Leis, decretos, etc. *Breviário de legislação federal da educação e cultura.* Brasília: Câmara dos Deputados. 1978.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Ciência e Tecnologia numa sociedade democrática. Debate nacional. *Relatório Geral.* Brasília: MCT/FINEP/CNPQ- Assessoria Editorial. Brasília, DF. 1986.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Discussão da Pós-Graduação Brasileira.* Brasília: Capes, vol. 1, set./1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Reforma Universitária: relatório do grupo de trabalho.* Brasília: MEC/SESU, 1983.



BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Aspectos do perfil das IES federais 1970/1970*. Brasília, DF. 1981.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Programa de Trabalho de 1967. Brasília, DF: MEC, 1967.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Seminário sobre ensino universitário*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, 1966. Separata de Documenta v. 64, dez. 1966.

BRASIL. Presidente. (Collor, F.). *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*. Brasília: Secretaria de Imprensa da PR. 1991.

BRASIL. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972-1974. Suplemento ao D.O.U. de 17 de dezembro de 1971.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 54.356, de 30 de setembro de 1964. Dispõe sobre o Regime de Organização e Funcionamento da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54356-30-setembro-1964-394451-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em maio/2023.

CASTRO, Cláudio de Moura. *Ideias sobre a Pós-Graduação: a CAPES e os mecanismos de sinalização*. Brasília: Capes. 1979.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. A brisa dos anos cinquenta. *InfoCapes* – Boletim Informativo da Capes. v. 4. nº 2. Brasília: Capes. 1996. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/1996INFOCAPESn21996.pdf>

LEITE, Celso Barroso. *A Pós-Graduação e o Papel da Capes*. Brasília: Capes. 1972.

LEITE, Celso Barroso. *CAPES: Balanço com Saldo*. Brasília: Capes. 1974.

OLIVEIRA, Regina Maria Soares de. *Pós-Graduação: levantamento bibliográfico*. Brasília: Capes. 2 ed. rev. e atual. 1978.





REFERÊNCIAS

ADORNO, Jacques *Propos actuels sur l'éducation*. Paris: Gauthier-Villars. Tradução brasileira: *Psicologia da Educação: na Universidade e na empresa*. São Paulo: Herder, 1971.

BARROS, Eleonora Maria Cavalcanti de. *Política de Pós-Graduação no Brasil (1975/1990): um estudo da participação da comunidade científica*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília/Faculdade de Educação, 1992.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERNOUX, Philippe. *La sociologie des organisations*. Paris: Éditions du Seuil, 1985.

BERNOUX, Philippe. *La sociologie des entreprises*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

CAMPOS, Edmundo (org.). *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2 ed., 1978.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CASTORIADIS, Cornelius. Reflexões sobre o “desenvolvimento” e a “racionalidade”. In: *As Encruzilhadas do Labirinto/II: Os Domínios do Homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 135-158, 1974.

CASTORIADIS, Cornelius. *Les Carrefours du labyrinthe/4: La Montée de l'insignifiance*. Paris: aux éditions du Seuil, 1996.

CASTRO, Almir de. *Um sopro das brisas dos cinquenta. (A Capes de Anísio Teixeira)*. IBCEC, 1986.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2 ed., 1978.

CÓRDOVA, Rogerio de Andrade (et al.). *A Pós-Graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília: MEC-SESu-CAPES/UNESCO-CRESALC, 1986.

CROZIER, Michel e FRIEDBERG, Erhard. *L'Acteur et le Système*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil - 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ENRIQUEZ, Eugène. *L'organisation en analyse*. Paris: PUF, 1992.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da Universidade “Modernizada” à Universidade Disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Ana Maria. *A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: ANPOCS: CNPq, 1990.

FERNANDES, Florestan. (1974). *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1975.

FIORI, Ernani. Aspectos da reforma universitária. In: *Cadernos de Reforma Universitária*. Porto Alegre: UEE/RS-SE/RS, 1962.



FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *O Ensino Superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto (et al.). *A Política Científica e Tecnológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

HOUAISS, Antônio e AMARAL, Roberto. *A Modernidade no Brasil: conciliação ou ruptura?* Petrópolis: Vozes, 1975.

IANI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 4 ed., revista e atualizada, 1986.

KAWAMURA, Lili. *Tecnologia e Política na Sociedade: engenheiros, reivindicação e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KERR, Clark. *Os Usos da Universidade*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1982.

KLIKSBERG, Bernardo. *Como transformar o Estado? Parra além de mitos e dogmas*. Brasília, DF: Enap, 1992.

KLUBITSCKO, Doris. *Postgrado en América Latina: investigación comparativa: Brasil-Colombia-México-Venezuela*. Caracas: UNESCO/CRESALC, 1986.

LOPES, J. Leite. *Ciência e Libertação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 2 ed. aum.

MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MATOS, Marisa Trindade. *CAPES: Opção pela Eficácia*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília/Faculdade de Educação, 1993.

MORGAN, Gareth. *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas, 1996. Tradução de Cecília Whitaker Bergamini e Roberto Coda.



PEREIRA, Luiz. *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971.

REISSIG, Luís. *A Era Tecnológica e a Educação: o homem, a técnica, o ambiente*. Rio de Janeiro: Inep/CBPE. Tradução de Germano Jardim, 1959.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 2. ed.

SANT'ANA, Vanya M. *Ciência e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon e CASTRO, Cláudio de Moura. *Pesquisa Universitária em Questão*. Campinas: Editora da Unicamp, Ícone Editora: São Paulo: CNPq, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). (1982). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio.htm>

SCHWARTZMAN, Simon. Avaliando a Pós-Graduação: a prática da teoria. In: *Estudos*. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 10, 1982.

SOUSA, Edson Machado de. *Crises & Desafios (no ensino superior do Brasil)*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

SUCUPIRA, Newton. Antecedentes e primórdios da pós-graduação. In: *Forum Educacional*. Fundação Getúlio Vargas, ano 4, n. 4, out-dez. 1980.

UFLACKER, Gilda Maria Teixeira. Ciência e Tecnologia e as Expressões do Poder Nacional. In: *Revista da Escola Superior de Guerra*. Ano III, n. 8, p. 121 a 139, 1983.

UNESCO/CNPq. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento*. Coleção Estudos de Política Científica e Tecnológica Brasília: CNPq/Unesco. 2 vols, 1983.

SPAHEY, Jacques. *Science for development: an essay on the origin and organization of national science policies*. Paris: Unesco, 1971.



VALLA, Victor Vincent e SILVA, Luiz Werneck. *Ciência e Tecnologia no Brasil: História e Ideologia: 1949-1976*. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1981.



Notas sobre o Autor e os Organizadores



Rogério de Andrade Córdova

Doutor em Educação na linha de pesquisa de História e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e professor aposentado do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação – Universidade de Brasília – UnB; possui graduação em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1972) e mestrado em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1982). Trabalhou na CAPES entre 1980 e 1988, na Assessoria da Direção e na Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação. Neste período desenvolveu com pesquisadores venezuelanos do CINTERPLAN pesquisa que resultou em Relatório sobre a Pós-Graduação na América Latina e especificamente no Brasil. Continuou realizando pesquisa sobre a História da CAPES e da pós-graduação no Brasil até 1988, quando prestou concurso e começou a trabalhar na UnB, começando a pesquisar mais profundamente sobre a educação básica, os problemas da escola, a prática pedagógica e as questões da interdisciplinaridade e complexidade.

<http://lattes.cnpq.br/5812453928028267>

<https://orcid.org/0000-0002-6749-4725>

Adriana Almeida Sales de Melo

Pós-doutora pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa (2018). Doutora em Educação – Política Educacional pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora associada IV da Faculdade de Educação do Departamento de Planejamento e Gestão da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação na linha de pesquisa de Estudos Comparados pela Universidade de Brasília – UnB desde 2012. Professora do Mestrado Profissional em Educação/UnB.

e-mail: adrianafe@unb.br

<http://lattes.cnpq.br/7571440852975071>

<https://orcid.org/0000-0002-6749-4725>

Carla Nascimento

Doutoranda em Educação na linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília – UnB. Mestre em Internacional Education and Development pela University of Sussex, Inglaterra. Mestre em Educação, História e Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e servidora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep desde 2005.

e-mail: carla.nascimento@inep.gov.br

<http://lattes.cnpq.br/0957485207780549>

<https://orcid.org/0000-0002-3999-7333>



Gilson Pôrto Jr.

Realizou estágios Pós-doutorais na Universidad de Cádiz (Espanha), na Universidade de Coimbra (Portugal), na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho(Unesp) e na Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA) e professor adjunto na Universidade Federal do Tocantins (UFT), professor no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT-UFT), no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (doutorado/PGCTIN-UFF) e no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

e-mail: gilsonporto@mail.uft.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/8025807807825011>

<https://orcid.org/0000-0002-5335-6428>

Remi Castioni

Pós-doutor pela Universitat de Barcelona, junto ao Institut de Recerca en Educació (2017/2018). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação na linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília – UnB desde 2005. Professor do Mestrado Profissional em Educação/UnB.

e-mail: remi@unb.br

<http://lattes.cnpq.br/9042288666288034>

<https://orcid.org/0000-0002-5459-3492>



"[...] a grande necessidade do nosso tempo não é tão somente a necessidade desse quadro técnico e profissional, mas, sobretudo, a do quadro dos cientistas propriamente ditos, pois estes é que irão elaborar os conhecimentos novos com os quais haveremos de edificar a nossa emancipação econômica e técnica" [...] Não será necessário nos alargarmos na defesa do ponto de vista de que a nossa maior deficiência, ou melhor, dependência, está na falta de cientistas que conduzam os estudos e pesquisas indispensáveis à elaboração de uma tecnologia tropical capaz de nos erguer aos níveis que a ciência nos países temperados, elevou a sua civilização, por meio da tecnologia de clima temperado"

(Entrevista do Ministro Ernesto Simões Filho em 1951 sobre a criação da Capes)

APOIO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



MODALIDADE PROFISSIONAL

FUNAPE
Fundação de Apoio à Pesquisa

SNDCA
SECRETARIA NACIONAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



efeito sete
PUBLICAÇÕES